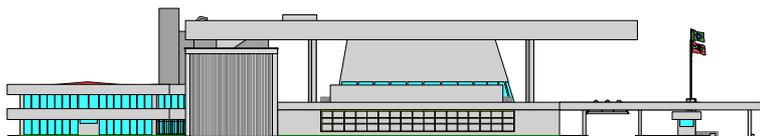


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 05 AGOSTO DE 2010

NÚMERO 6.199

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2199 EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 077ª Sessão Ordinária realizada em 03/08/20102 Ata da 020ª Sessão Extraordinária realizada em 03/08/20107 Ata da 021ª Sessão Extraordinária realizada em 03/08/20108 Ata da 026ª Sessão Especial realizada em 03/08/201013</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência15 Atos da Mesa15</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....15 Ofícios.....23 Portarias28 Projetos de Lei.....30</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Chiquinho Zenatti - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Solicita esclarecimentos a respeito da situação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Diz que o governador vai manter as gratificações.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Critica a Adin contra a gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO RONALDO BENEDET (pela ordem) -

Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Aborda a questão da gratificação dos funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita agilização nas votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência suspende esta sessão até as 16h, para que os deputados possam realizar seu trabalho nas comissões técnicas.

A sessão será reaberta às 16h para a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Eu gostaria de um maior esclarecimento, porque fui tomada de surpresa quando soube desse problema todo. E gostaria da atenção desta Casa a esses bravos trabalhadores que aguentam com muita dignidade a máquina governamental, referente à Fatma etc., porque a lei só retroage para beneficiar e não para prejudicar.

Então, eu gostaria que todos os colegas aqui ficassem atentos ao pedido da plateia, dessa galeria lotada por senhoras de cabelos brancos, por homens de rugas, por homens, mulheres e jovens, que estão aqui porque realmente está muito complicado isso aí. É o Ministério Público, é isso, é aquilo. Vamos fazer as coisas mais claras.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, a reivindicação é mais do que justa. Há um trabalho do partido da base do governo. E é de todos os partidos essa preocupação.

Nós temos mantido contato com o governador e com a Procuradoria Geral do Estado, e uma posição clara do governo é de que todas as gratificações adquiridas serão mantidas. Essa é uma posição clara do governo do estado, ou seja, vai ser mantido o que foi adquirido. O que está no contracheque do mês passado vai ser mantido.

Outra posição clara do governo é de que a Procuradoria Geral está estudando o assunto para regularizar a situação, se for necessário, sr. presidente, através de uma medida provisória, porque não é uma nova gratificação, é a regularização de uma gratificação já existente, que no nosso entender não fere em nada a lei eleitoral.

Portanto, há uma ação de todos nós, parlamentares. E há um compromisso do sr. governador em manter as gratificações tanto da Fatma como do Deter.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente.

Realmente é um absurdo essa surpresa que os funcionários da Fatma, do Deter e também nós, deputados desta Casa, tomamos conhecimento. Essa é uma ação de inconstitucionalidade feita pelo Ministério Público.

O mais absurdo é que em oito anos de governo acontecem essas coisas, em surdina, à noite, quando as pessoas são surpreendidas. Mas não podemos deixar que 70% dos salários desses funcionários possam ser retirados. E quero crer, como bem falou o líder do governo, que sejam mantidos os salários em sua integralidade e possamos resolver esse problema que teria que ser resolvido este ano, ainda, com o encaminhamento das medidas provisórias.

Nós não podemos aceitar que haja, sim, a retirada das gratificações e, principalmente, sr. presidente, o desmonte desse órgão ambiental que faz a proteção do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(Palmas)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, temos uma posição clara, tanto é que participamos com mais alguns deputados da reunião realizada pelo sindicato dos servidores do Deter e da Fatma.

Essa afirmação do governo, deputado Elizeu Mattos, de que ele não vai retirar do contracheque é fundamental. Mas fazemos um apelo ao governo, no sentido de que proceda, o mais rápido possível, a esse estudo jurídico, para que o governo possa mandar rapidamente essa medida provisória a este Parlamento, para que possamos garantir essa gratificação merecida, justa, aos servidores que cumprem um papel fundamental no estado de Santa Catarina.

(Palmas)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, nós também tratamos desse assunto na reunião da nossa bancada, agora, ao meio-dia, e somos totalmente solidários a esses trabalhadores da Fatma e do Deter. Desde ontem há uma grande mobilização, há o nosso comprometimento. Mas só quero lembrar que estamos em calendário especial. Mas há tempo, portanto, amanhã poderemos esticar, fazer quantas sessões forem necessárias, para a Assembleia dar uma resposta ainda antes de voltarmos para o cumprimento do calendário especial.

(Palmas das galerias)

Do contrário, se for medida provisória, ela entra em vigência imediatamente, e aí, se não votarmos até amanhã, não tem problema, porque ela tem 60 dias de prazo. Mas é preciso que até

amanhã seja dada uma resposta enquanto os parlamentares estiverem aqui.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, srs. deputados, servidores da Fatma e do Deter, parece-me que esse é um assunto que é unanimidade no plenário. Não se trata de decisão de governo. É uma decisão do Poder Judiciário com base em uma Adin. E as palavras do líder do governo aqui, deputado Elizeu Mattos, penso que satisfaz a todos nós. E nós estamos todos juntos no sentido de que se resgate, que se reponha essa gratificação já incorporada aos vencimentos de cada um dos servidores. Portanto, não nos resta outra saída que não todos juntos - governo e oposição -, todas as bancadas, encontrarmos uma saída definitiva, pois não é possível que os servidores, de repente, da noite para o dia, se vejam frente a uma decisão que vem trazer imensos prejuízos à sua vida pessoal, à sua família. Enfim, precisamos todos juntos encontrar uma solução.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a gratificação que foi concedida para os servidores da Fatma e do Deter tem a mesma base de cálculo para a gratificação concedida para os mais diversos órgãos do governo do estado.

A situação ora colocada pelo Ministério Público, com decisão favorável do Tribunal de Justiça, é realmente preocupante. Entendo que o Tribunal de Justiça não poderia proferir a sentença que proferiu declarando inconstitucional uma lei em que a fonte pagadora não é a Fonte 100. A fonte pagadora é a fonte de arrecadação fruto do trabalho dos servidores.

(Palmas das galerias)

Nada mais é do que uma forma indireta de um acordo de trabalho entre o governo e seus servidores, posto que quanto mais trabalho mais vão receber gratificação. É o chamado acordo de resultados. E quero crer que o acórdão não tenha sido publicado no Diário da Justiça.

Por isso, esta Casa deve apresentar e aprovar uma moção dirigida ao Poder Executivo, para que não faça o cancelamento das gratificações neste mês, posto que ainda existe grau de recursos e podemos ir até ao Supremo Tribunal Federal, pois os funcionários merecem continuar recebendo a gratificação.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos os trabalhadores do serviço público que estão

aqui, também em nome do nosso líder, deputado Décio Góes, participei da assembleia antes e com certeza a nossa bancada está junto nesta luta. E queremos aqui proclamar ao Executivo para buscar imediatamente uma solução. E vou na linha de que esta Casa, os parlamentares, as bancadas, podem ir até quinta-feira, ainda, para contribuir, para resolver o problema. Estamos à disposição disso.

Agora, por outro lado, sr. presidente, também coloco um alerta de que reajuste por gratificação e bônus é uma insegurança para o funcionalismo público. Isso nós sempre falamos na tribuna. Cansamos de falar que bônus e gratificação não trazem segurança jurídica para os trabalhadores. Há poucos dias aprovamos via medida provisória reajuste...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Concedo-lhe mais 30 segundos, deputado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Por isso, chamamos a atenção inclusive dos demais funcionários públicos a respeito dessa preocupação e insegurança jurídica, eis que todos os funcionários públicos de Santa Catarina passam por essa política de gratificação e de bônus. Precisamos resolver com política salarial séria a questão do reajuste salarial dos trabalhadores catarinenses.

Obrigado.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Sr. presidente, não participei da reunião que houve aqui na tarde de hoje, porque não fui convidado, mas fico contente de não ser necessário, pois agora existem muitos deputados defensores desta causa e da causa dos trabalhadores neste momento. Então, não fui porque não sabia e porque não fui convidado por quem organizou. Mas quero deixar a nossa solidariedade e dizer, sim, que isso é resultado de uma política salarial desastrosa, construída há sete anos e meio neste estado. Há gente que falou aqui um monte de questões técnicas justamente porque entende, porque estava lá e ajudou a construir desta forma uma política salarial cheia de riscos para os servidores. E eu particularmente elogio, agradeço e parabeno o pronunciamento do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, mas espero que seja efetivamente assim fácil manter esse direito de...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Gelson Merísio.

Nós teremos que apreciar amanhã a LDO, importantíssima para o nosso estado de Santa Catarina. Mas eu sugiro que v.exa. acate a solicitação desta deputada, e tenho

certeza de que é pleito de todos os 40 deputados, no sentido de que possamos apreciar essa medida provisória antes da LDO, porque quando se mexe no salário, mexe-se na família.

(Palmas das galerias)

Então, sr. presidente, não vou repetir tudo aquilo que já foi falado pelos meus colegas - e muito bem colocado, aliás -, mas, sr. presidente, antes de apreciarmos a LDO poderíamos apreciar a medida provisória que o Executivo irá mandar para esta Casa.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Gostaria de esclarecer à sra. deputada Professora Odete de Jesus, até para não criar uma falsa expectativa às pessoas aqui presentes, que é unânime o encaminhamento de todos os srs. parlamentares para a necessidade de encontrarmos uma solução. Mas não há qualquer viabilidade em vincularmos a votação da LDO a esse fato, até porque a LDO tem pauta marcada para as 11h de amanhã. Pode até ser que o governo tenha tempo hábil de fazê-lo, e torço para que isso aconteça, mas não podemos, no entanto, vincular as duas ações porque a LDO precisa, regimentalmente, ser votada no dia de amanhã.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, inicialmente gostaria de saudar os servidores, de cumprimentá-los pela mobilização, de colocar também aqui a nossa solidariedade neste pleito justo, mas gostaria de esclarecer algumas colocações feitas aqui, por alguns srs. deputados, para não confundir as coisas.

A proposta do Executivo, do Legislativo, está muito clara. Essa gratificação já foi aprovada, já foi encaminhada, é uma ação do Ministério Público, uma decisão judicial. Mas aqui o nosso líder do governo, o nosso representante do governador, já falou e já deu a garantia de que o governo não fará cortes no salário dos servidores. Acho que esse é o ponto fundamental. Os 40 deputados estão irmanados nesse processo. Mas um ponto importante é que isso não deverá ocorrer apenas hoje, com a Fatma e com o Deter, mas poderá também atingir as demais categorias, as que tiverem direito ao benefício. É importante a mobilização dos 40 deputados e que todos tenham o mesmo objetivo: dar tranquilidade aos servidores.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu apenas quero ser solidário a todos os servidores que aqui estão, aos da Fatma e também aos servidores do Deter. Estranhamente, se votarmos aqui a lei das gratificações e apenas duas categorias forem notificadas, vamos dizer da inconstitucionalidade das gratificações. Por que não as outras categorias? O que nós precisamos é que seja determinado com urgência o pagamento das gratificações, até

porque elas não vêm dos cofres públicos, mas do trabalho desses profissionais, desses servidores, aumentando a receita das suas empresas para receber essa gratificação.

Então, essa gratificação é justa, necessária e é preciso que se dê a tranquilidade imediata a esses servidores.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Iria rezar na mesma cartilha da Professora Odete de Jesus, mas como v.exa. não deixou ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não deixou não é o termo, deputado Edison Andrino, é que, infelizmente, o Regimento Interno não permite, senão o faria com o maior prazer.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Mas quero prestar aqui a minha solidariedade aos funcionários do Deter, da Fatma e dizer que tenho uma preocupação. Sei que o governo vai bancar essa situação, segundo o líder do governo, mas além dessa posição política do governo, acho que temos que ter a questão jurídica sinalizada pela Procuradoria do Estado e também, sr. presidente, buscarmos uma saída política, através desta Casa, junto ao Executivo.

Se somos favoráveis, acredito que haja uma solução que atenda com justiça aos servidores da Fatma e do Deter.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, quero me solidarizar com os funcionários da Fatma, que fazem um grande trabalho no estado, mas não poderia deixar de prestar solidariedade forte aos funcionários de cujo órgão fui diretor, o Deter, um órgão superavitário, que faz um grande trabalho na fiscalização do transporte coletivo de Santa Catarina. Então, a nossa solidariedade aos funcionários, especialmente ao Deter.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, gostaria de me solidarizar com os funcionários da Fatma e do Deter por esse dia de luta e de mobilização. Quero parabenizar a categoria e nomeá-lo, sr. presidente, em nome do Legislativo catarinense, para reforçar esse sentimento junto ao governador do estado e resolvermos o mais rapidamente possível essa questão, que pensamos ser plenamente fácil de ser resolvida, uma vez que os recursos já estão previstos no Orçamento, portanto, não é despesa nova, é apenas uma questão de formalização jurídica e de fonte de renda, que pode ser superada com uma medida provisória.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, este ano temos sido surpreendidos nesta Casa por fatalidades que têm menosprezado o nosso funcionalismo público. Achei que isso havia chegado ao fim, mas vejo mais uma classe penalizada.

Há poucos dias passamos por um constrangimento com a situação do pessoal da Saúde. Hoje, vemos aqui os nossos abnegados trabalhadores da Fatma e do Deter. Conhecemos muito bem o trabalho dessa gente e acho que não é possível que o governo não tenha sensibilidade e não busque meios técnicos, científicos e políticos para que essa questão seja resolvida.

Por isso, sr. presidente, esta Casa tem o dever de fazer os encaminhamentos necessários para que o Executivo determine a sustação da penalidade imputada a esses funcionários. Quem viu a emoção desse moço que usou a tribuna deve estar sentindo no coração o quanto é triste ver as nossas famílias desamparadas.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, foi uma conquista dos servidores do Deinfra, do Deter e da Fatma que aprovamos aqui nesta Casa, uma luta sem limite. Aquilo que eles conquistaram faz parte do Orçamento e não podemos fazer isso desaparecer, é meramente impossível.

Já temos um levantamento jurídico no qual consta que não se pode deixar de pagar os funcionários no período eleitoral. E o governo, espero, deve encaminhar um processo para que possamos rever isso e não cortar aquilo que já foi conquistado.

Temos que respeitar o servidor, porque essa é uma conquista sagrada e legítima. Estamos aqui para dar todo o apoio para que esses funcionários voltem tranquilos e serenos aos seus postos de trabalho e continuem prestando relevantes serviços ao estado.

E por isso, servidores, vamos lutar juntos!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, quero congratular-me com os funcionários da Fatma, do Deter e dizer que confio no governo, que vai mandar, quem sabe, uma medida provisória para regularizar rapidamente essa questão, porque da forma como está não pode perdurar. Compreendo a tortura que cada um está sofrendo neste

momento e estamos aqui para apoiar essa iniciativa e corrigir esse grave impasse que está iniciado neste momento.

Contem conosco!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, quero, rapidamente, colocar dois pontos sobre essa questão. Primeiramente, todos os deputados falaram aqui que esperam uma solução rápida, e é o que este Parlamento exige nesta tarde! Agora, precisamos, depois de solucionado o problema, verificar também quem foi o responsável por essa barbearagem que colocou os servidores numa situação de pânico.

É uma coisa muito grave o que aconteceu aqui e, além de solucionar o problema, no mínimo, que é direito estabelecido, também devemos investigar quem se responsabiliza por ter sumido, do dia para noite, com 70% dos seus salários.

Então, temos que investigar também quem foi o responsável por essa barbearagem que deu tanto pânico aos servidores de Santa Catarina, em especial aos servidores da Fatma.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Chiquinho Zenatti - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Chiquinho Zenatti.

O SR. DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, também gostaria, em nome do PPS, de me manifestar e de me congratular com os servidores da Fatma.

Todos os servidores querem estar de bem com o governo e, tenho certeza, o governo do estado também quer estar de bem com os servidores.

Acho que até o final do dia de amanhã isso tudo vai ser resolvido. Quero deixar aqui a minha solidariedade e dizer que estou do lado de todos os servidores.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só queria dizer aos servidores duas coisas. A primeira delas é que a mesma vontade que vocês têm em vir aqui devem ter também para ir lá no governo, porque este ano já vi gente falar em virar a noite aqui nesta Casa.

Parece que quando deve vir do governo para esta Casa alguma coisa para beneficiar o servidor a coisa não chega. Não quero colocar um balde de água fria, mas estou descrente com algumas ações do governo quando é para beneficiar o funcionário público.

Estou com vocês nesta luta.

Estamos de olho no senhor, governador! Está na hora de acabar com essa palhaçada.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e prezados servidores, democracia é isso. Estamos todos atentos, e o governo vai atender e buscar o equilíbrio no Orçamento, porque o funcionário público é parceiro do governo, o seu braço, aquele que faz acontecer.

O acompanhamento da evolução da postura do governo por parte dos servidores é bem importante. Já se manifestou aqui o líder do governo, e nós também aprovamos esse movimento.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta presidência informa, em primeiro lugar, que estará acompanhando o processo, juntamente com os líderes do governo e da Oposição, na relação com o governo do estado. E também vai disponibilizar toda a nossa assessoria jurídica, a nossa procuradoria, para juntamente com a Procuradoria do Estado tentar encontrar soluções legais para essa questão, uma vez que me parece claro que há um entendimento tanto do governo quanto da Oposição pela rápida solução do problema.

Vamos acompanhar esse processo e esperamos, no mais breve tempo possível, poder, juntamente com os srs. líderes dos partidos, obter informações a todos os interessados sobre esse pleito justo hoje apresentado pela categoria.

Passaremos à Ordem do Dia.

Antes disso consulto o presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, se é possível realizarmos uma sessão extraordinária logo que encerre esta sessão para aprovarmos as matérias que precisam de aprovação e votá-las no dia de amanhã.

Se v.ex.a. e os demais deputados consentirem e concordarem, seria importante que essa reunião fosse realizada logo que se encerrasse a Ordem do Dia desta sessão.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Não há problema, sr. presidente. Estamos à disposição especificamente para deliberarmos assuntos que sejam de interesse da Casa ainda no dia de hoje.

Assim que V.ex.a. encerrar a sessão, poderemos nos reunir, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Tão logo encerramos a Ordem do Dia, ficam convocados todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça para deliberarem os projetos que forem encaminhados nesta sessão.

Discussão e votação da admissibilidade da PEC n. 0010/2010, que dá nova redação ao art. 77 e ao § 3º do art. 88 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Órgãos do Poder Judiciário), subscrita por 14 srs. deputados, que efetiva a Câmara Regional de Chapecó já existente e em funcionamento há vários meses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da PEC n. 0010/2010.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0266/2010, de procedência governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de Xanxerê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0270/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello, que altera dispositivo da Lei n. 15.242, de 2010, que diz respeito às bolsas de estudo, incluindo a palavra *per capita* quando se refere à renda das famílias que são beneficiadas com o art. 170. Houve um erro de redação quanto à sua elaboração, e o projeto diz apenas incluir a palavra *per capita* no referido projeto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0008/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0151/2010, de autoria do deputado Edison Andrino, que torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica no âmbito do Estado de Santa Catarina de seus direitos na forma que menciona.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Presidência informa aos srs. deputados, antes de dar sequência à Ordem do Dia, que atendendo a pleito de alguns parlamentares às 11h vamos deliberar as matérias que têm importância relevante e precisam de quórum qualificado.

Por isso peço a atenção dos srs. deputados para que amanhã impreterivelmente às 11h tenhamos no mínimo 27 srs. deputados presentes, para votarmos as matérias que demandam quórum qualificado.

Na tarde a sessão transcorrerá normalmente como na quinta-feira. Mas as matérias principais que precisam de quórum qualificado serão pautadas amanhã às 11h.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, requeiro a v.exa., se possível, para darmos agilidade até na votação de amanhã às matérias aprovadas em primeiro e segundo turno, para que também sejam aprovadas em redação final ainda no dia de hoje, para que a pauta possa ficar mais aliviada amanhã, tendo em vista que o deputado Romildo Titon convocou a CCJ para as 17h30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Será feita desta forma, se houver concordância dos srs. líderes.

(Pausa)

Os líderes aquiescem.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0079/2010, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Bom Jardim da Serra (instalação do núcleo Avançado de ensino Supletivo - NAES).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0097/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o art. 3º da Lei n. 3.030, de 1962, que dispõe acerca do Conselho Estadual de Educação.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0161/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que torna obrigatória a presença de um intérprete de língua Brasileira de Sinais - Libras - nos eventos oficiais com a presença do chefe do Poder Executivo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0175/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Rogério Anselmo o ginásio de esportes anexo à Escola Estadual Básica São José, da rede pública estadual, sito à rua Prudente Cândido da Silva, no município de São Joaquim.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0607/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Martinho de Haro a unidade de ensino da rede pública estadual localizada na rua Aristorides Stadler, s/n, centro, no município de São Joaquim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Havendo entendimento dos srs. líderes, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h51, para efetuarmos a votação das redações finais e também dos projetos em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h51, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Chiquinho Zenatti - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta preocupação com relação ao pagamento dos boletos da Casan.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Externa sua apreensão com relação ao pagamento dos boletos da Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu acabei de receber uma denúncia - e o deputado Kennedy Nunes também a recebeu - de um servidor da Casa, inclusive, e quero aproveitar para trazê-la aqui, na presença do líder do governo. Ele veio aqui com um carnê de pagamento de água da Casan dizendo que o vencimento é no dia 10, que ele foi pagar na agência do Banco do Brasil e recebeu a informação de que somente a Caixa Econômica Federal poderá receber o pagamento, que nenhum outro banco poderá mais receber o pagamento do carnê de água antes do vencimento.

Eu desconheço isso. Não sei o porquê disso, se há algum fundamento. E acho que devemos ter uma resposta porque é uma denúncia que eu considero grave. Já pensaram: a Casan agora diz que só pode naquele banco, daqui a pouco a Celesc vai dizer que é só em outro, e o trabalhador tem que ficar, às vezes, o dia inteiro rodando de banco em banco para pagar as suas contas. Meu Deus do céu! O governo tem que facilitar a vida dos contribuintes, do cidadão, e não prejudicar e criar mais dificuldades.

Eu espero uma resposta por parte do governo, porque considero isso muito grave.

Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pior ainda, deputado Joares Ponticelli, é que hoje o sistema bancário é todo integrado. Dentro do vencimento, a pessoa paga na lotérica ou em qualquer lugar. Não dá para entender essa questão da Casan de obrigar o cidadão a pagar somente nas agências da Caixa Econômica Federal, sendo que o sistema, hoje, é integrado. Paga-se qualquer conta, hoje, pela internet, se a pessoa quiser. Não dá para entender! A não ser que há outra coisa. Daí vamos ver qual é essa vontade louca da Casan de obrigar o cidadão a pagar na Caixa Econômica Federal. Deputado Reno Caramori, sabemos que tudo é comércio, os bancos trabalham com comissão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0079/2010, 0266/2010, 0008/2010 e 0151/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0270/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello, que altera dispositivo da Lei n. 15.242, de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0097/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o art. 3º da Lei n. 3.030, de 1962, que dispõe acerca do Conselho Estadual de Educação.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0161/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que torna obrigatória a presença de um

intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, nos eventos oficiais com a presença do chefe do Poder Executivo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0175/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Rogério Anselmo o ginásio de esportes anexo à E.E.B. São José, da rede pública estadual, sito à rua Prudente Cândido da Silva, no município de São Joaquim.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0607/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Martinho de Haro a unidade de ensino da rede pública estadual localizada na rua Aristorides Stadler, s/n, centro, no município de São Joaquim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h55, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h55, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Chiquinho Zenatti - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda a audiência pública da comissão de Aquicultura e Pesca da Alesc.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se ao problema vivido por plantadores de mandioca, de Imituba.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Tece comentários a respeito do Colégio Maximiliano Gaidzinski, de Cocal do Sul.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cobra do governo estadual a regulamentação de leis; solidariza-se com os funcionários da Fatma e do Deter.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sauda o dr. Ari Rocha; reporta-se às deficiências da área da saúde.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se à duplicação da BR-101.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Aborda a mudança no Hino de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0607/2009; 0175/2010; 0161/2008; 0097/2010 e 0270/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de aproveitar este momento para trazer presente um pouco daquilo que a comissão de Aquicultura e Pesca da Assembleia

Legislativa realizou na parte da manhã, ou seja, uma audiência pública a pedido do deputado Reno Caramori, sobre um projeto de lei de minha autoria, que trata da piscicultura em águas continentais. Trata-se de um projeto extremamente importante, que procura definir e ao mesmo tempo também disciplinar a piscicultura no estado de Santa Catarina.

O nosso entendimento, desde a criação da comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa - inclusive, esta Casa foi a primeira a criar essa comissão no país - foi oportunizar que cidadãos e cidadãs, especialmente aqueles e aquelas relacionados à cadeia produtiva do peixe, possam expor, opinar e debater a questão. É isso que a comissão tem proporcionado até o presente momento, nesse um ano e meio de funcionamento.

Nós sabemos que a piscicultura como um todo e, especialmente, a piscicultura do interior, a piscicultura continental e toda a cadeia produtiva do peixe têm vários gargalos que devem ser debatidos, discutidos, a fim de que se encontrem alternativas para tentar, se não resolvê-los, pelo menos amenizá-los.

E quando falamos em piscicultura continental é bom que façamos menção que ela está fundamentada, alicerçada, em cinco grandes pontos. O primeiro deles é exatamente o fornecimento de alevinos. Não dá para pensar em piscicultura continental sem ter isto presente, o fornecimento de alevinos. O segundo ponto é a questão da infraestrutura de produção. É preciso pensar naquilo que vai dar sustentação a essa atividade. O terceiro ponto é exatamente a questão da engorda, pois sabemos que muitos piscicultores vivem dessa atividade, que gera renda, que gera emprego, que gera, portanto, qualidade de vida. O quarto ponto é o beneficiamento, e nesse sentido o ministério da Aquicultura e Pesca do governo do presidente Lula, sem dúvida nenhuma, concedeu incentivos para que várias unidades de beneficiamento fossem colocadas à disposição dos produtores e produtoras de peixe. O último ponto, extremamente importante, é a comercialização do produto, que completa o círculo dessa atividade.

Sabemos que dentro da comercialização tivemos, recentemente, um agravante não apenas em Santa Catarina e no Brasil, mas em muitos outros países, que é a importação de um peixe chamado panga - alguns até o chamam de pangaço -, que tem comprometido enormemente a cadeia produtiva do peixe, principalmente em águas continentais.

Na audiência pública que realizamos em Chapecó, recentemente, discutimos sobre essa questão, porque a importação do filé de panga está comprometendo enormemente o trabalho de centenas e centenas de piscicultores, que tiram seu sustento dessa atividade.

E tivemos, sim, a oportunidade de discutir pontualmente esse projeto de lei que tenta de uma forma ou de outra definir, disciplinar a piscicultura nas águas continentais no estado de Santa Catarina. O projeto já havia recebido várias sugestões que foram contempladas na comissão de Constituição e Justiça, e na parte da manhã de hoje mais uma vez houve audiência pública com representantes da Epagri, do Ministério Público, de associações da sociedade civil, de entidades. Enfim, várias representações tiveram a oportunidade de fazer um debate mais qualificado em torno desse projeto. Inclusive, foram levantadas várias outras sugestões extremamente importantes que vão contribuir enormemente para que o projeto possa corresponder às necessidades e demandas dessa população que trabalha com a cadeia produtiva do peixe. Aliás, Santa Catarina se destaca nacionalmente na produção de pescado.

Acredito que essa seja uma atividade promissora e extremamente importante como uma alternativa de geração de renda para os pequenos trabalhadores do campo, da agricultura familiar.

Esperamos que possa ser aprovado na comissão de Aquicultura e Pesca; que esta Casa, e não poderia ser diferente, da mesma forma possa apreciá-lo, votá-lo e que o governo do estado possa sancioná-lo, para que seja um instrumento a facilitar toda a cadeia produtiva do peixe em Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, o tema que trago nesta tarde de terça-feira vem-nos angustiando há muitos dias.

(Passa a ler.)

"Como presidente da comissão dos Direitos Humanos desta Casa, acompanhei o drama de diversas famílias que ocupam uma área de terra no município de Imituba. Essas famílias, compostas de pequenos agricultores e pescadores artesanais, vivem de uma produção numa área de terra que estava em litígio judicial. Infelizmente, o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse da área em que essas famílias vivem e produzem por muitos anos a uma empresa da região de Imituba.

Essa reintegração, sr. presidente, foi executada por um grande contingente de policiais militares, que demoliram as residências daquela comunidade. E ressaltou isso, porque várias pessoas daquela localidade estão a nos ligar desde sexta-feira passada. Foi usado um grande aparato policial para esse tipo de ação em Santa Catarina. A Polícia apareceu com cavalaria,

com grande armamento. Mas quando é para garantir a segurança da população, a Polícia não existe. Ações desse tipo são lamentáveis.

Quero registrar que a comissão de Direitos Humanos desta Casa recebeu em audiência pública a comunidade do Areias da Ribanceira, do município de Imbituba. Fomos até aquela localidade juntamente com os deputados Décio Góes e Kennedy Nunes e testemunhamos que se trata de uma comunidade tradicional de homens e mulheres simples, mas com uma grandeza extraordinária."

Inclusive, houve vários depoimentos, que nos deixaram emocionados, de pessoas que nasceram naquela terra, que vivem lá, depoimentos sobre seus antepassados. Essas pessoas estão à mercê de uma ação judicial e da Polícia Militar do estado de Santa Catarina.

Nós, como membros da comissão, realizamos algumas ações, como ir a Porto Alegre conversar com o Poder Judiciário. Fizemos contato com o Supremo Tribunal de Justiça, manifestando a nossa indignação pela forma como os nossos cidadãos estavam sendo tratados.

Srs. parlamentares, trata-se de uma população tradicional, cujas famílias são em sua maioria descendentes de açorianos e indígenas, que construiu naquela área um modo específico de criar, de trabalhar, de viver, que garante a sua reprodução física, social, cultural, combinando a pesca artesanal, o cultivo da mandioca, a extração de plantas nativas, como o butiá e as plantas medicinais/ornamentais.

A dra. Raquel Mombelli, antropóloga, da Universidade Federal de Santa Catarina, está realizando o projeto de pesquisa Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais, na comunidade dos agricultores e pescadores artesanais de Areias da Ribanceira, em Imbituba, no estado de Santa Catarina.

A comunidade de Areias da Ribanceira é formada por famílias que se reconhecem em sua maioria como parentes, cujas lembranças indicam que o processo de uso e ocupação daquelas terras, daquele lugar, remonta ao século XIX.

O sábio conhecimento tradicional que essas famílias detêm suscitou também o interesse de pesquisadores vinculados ao laboratório de ecologia humana e etnobotânica da Universidade Federal de Santa Catarina, que atualmente desenvolvem pesquisas internacionais sobre o tema, que já está sendo reconhecido por pesquisadores internacionais. Como exemplo, cito o Projeto Internacional sobre Manejo Comunitário de Biodiversidade dos Areias da Ribanceira, envolvendo pesquisadores de países como Holanda, Nepal, Índia, Etiópia e França.

Essa forma única, sr. presidente, de lidar com a terra e o mar, a partir de conhecimentos tradicionais, produz uma noção de pertencimento ao local e precisa ser protegida. Tanto é que desde a década de 1970 essa comunidade luta pelo direito ao acesso a recursos naturais e à ocupação para a agricultura tradicional daquelas terras."

Por isso, é lamentável a decisão da juíza do município de Laguna, a decisão do Tribunal Regional em Porto Alegre e a decisão do Superior Tribunal de Justiça, de

dar de novo a reintegração de posse dessas terras à empresa Engesul.

(Continua lendo.)

"A autoconsciência cultural e ambiental dos povos de Areias da Ribanceira produziu e continua produzindo uma forma própria de exploração e preservação dos recursos hídricos e florestais daquela região.

No entanto, esse modo de vida tradicional, essa relação única estabelecida com aquele território, está constantemente ameaçado por diferentes fatores (lamentável também), sobretudo pelos seus antagonistas (empreendedores industriais, grandes plantadores, especulação imobiliária), que têm sistematicamente ferido os direitos dessa comunidade tradicional, no que diz respeito ao exercício do direito cultural, ou seja, o direito de viver de acordo com os seus próprios sistemas de valores, tradições e crenças, direito esse previsto na Constituição Brasileira de 1988."

Por isso, sr. presidente, como presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, desta Casa, nós continuamos na luta, na defesa daqueles agricultores e pescadores artesanais, por entender que essas pessoas não têm mais para onde ir.

Estaremos amanhã em reunião com o Incra, juntamente com o deputado Décio Góes, na tentativa de buscar uma solução para esse grave impasse. Apelamos, e já foi telefonado, ao secretário da Segurança Pública, dr. André, que aguarde as negociações tanto com o Incra como com a prefeitura, que ocorrerão na próxima sexta-feira, para que evite a violência, o confronto com essa comunidade de homens e mulheres que já sofreram muito em suas vidas, pois a única coisa que lhes pertence é a plantação de mandioca, a pesca artesanal, dando-lhes o sustento.

É preciso que se preserve o engenho e também a sede da associação construída por esses bravos homens e bravas mulheres. E foi com o suor e a luta dessa gente que o engenho e essa associação que está lá naquele terreno se mantiveram.

Sr. presidente, era isso que tinha a relatar, na tarde de hoje. Nós estamos, sim, defendendo aqueles agricultores, aqueles pescadores artesanais. E esperamos que os policiais militares esperem as negociações com o Incra e a prefeitura do município de Imbituba, para que aqueles homens e aquelas mulheres trabalhadoras tenham tranquilidade.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputada Moacir Sopelsa, senhora deputada blumenauense Ana Paula Lima, assomo à tribuna, nesta tarde de terça-feira para ressaltar aqui a minha solidariedade com os funcionários da Fatma e do Deter.

Na verdade, vem-se promover justiça com uma gratificação esperada há mais de cinco anos, aprovada, inclusive,

nesta Casa, e de repente a Justiça toma uma posição. Afinal de contas são servidores ativos, parceiros do estado catarinense, que ajudam a construir e consolidar, cada vez mais, a economia de Santa Catarina e que fizeram todo um planejamento da sua história. Isso já faz parte do orçamento da casa, dos seus afazeres e de repente ficam sem areia nos pés, sem chão.

Esperamos, pois, a participação efetiva do governo, para que possamos, num espaço muito breve de tempo, solucionar esse problema, promover a justiça, porque, na verdade, não é nenhum benefício, mas, sim, um direito garantido por lei, aprovado por esta Casa.

Eu faço com muita satisfação o comunicado, aqui desta tribuna, de que o Colégio Maximiliano Gaidzinski, de Cocal do Sul, é a melhor escola de ensino médio e técnico de Santa Catarina no Enem, deputado Silvio Dreveck.

(Passa a ler.)

"Pelo segundo ano consecutivo e com média 647,6, o Colégio Maximiliano Gaidzinski (CMG), de Cocal do Sul, é a melhor escola de ensino médio e técnico de Santa Catarina no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

A prova foi realizada no final do ano passado, e a classificação geral das escolas de todo o país foi divulgada hoje, 19 de julho próximo passado, pelo Ministério da Educação. Outra conquista, e agora inédita, é o fato do CMG ficar entre as 20 melhores instituições de ensino médio do país, alcançando a 18ª colocação.

Segundo o diretor, Vilmar Menegon Bristol, a semana começa em ritmo de comemoração na escola, e em dose dupla. 'Para nós, professores, a conquista é motivo de orgulho, satisfação. Este é o resultado de um trabalho feito individualmente com cada aluno. Nosso diferencial está no ensino rigoroso em todas as disciplinas nas competências humanas.

Aqui, as habilidades, responsabilidade e formação do cidadão, como um todo, também é uma forma de avaliação, além da nota. Tudo isso, ajuda no desenvolvimento do conhecimento. O aluno aprende a estudar e não decorar, a fazer uma pesquisa, a buscar o que quer e agregar conhecimento. O boletim escolar, por exemplo, é entregue individualmente pela direção apontando os avanços e o que deve ser aperfeiçoado e melhorado. Uma evolução constante na vida do aluno que colhemos em situações como esta, que demonstra o potencial do aluno e o nível da escola', ressalta.

O ensino no CMG é integral. Os alunos têm a opção de fazer o técnico em cerâmica ou eletromecânica, ou ainda apenas o ensino médio. Dos alunos do CMG, 90% fizeram a prova.

'Para nós este número é gratificante. Nós participamos com quase todos os nossos alunos, enquanto que escolas da região com uma seleção, ou seja, uma média de aproximadamente 40% do total dos estudantes', ressalva Vilmar.

A adesão ao Enem é voluntária. Estudantes da rede pública e privada se inscrevem individualmente. Em todo o país 24.157 escolas participaram e em Santa Catarina 1.003. O Enem substitui ou complementa vestibulares em dezenas de universidades federais. O exame também

seleciona bolsistas do ProUni (Programa Universidade para Todos). Com este resultado e empenho dos alunos do CMG, mais de 50% conseguiram bolsas em diferentes universidades. 'O que nos orgulha ainda mais é que o exame do Enem não tem meio termo: ou você sabe ou você não sabe. A prova é desafiadora e o aluno precisa ter visão do conteúdo e raciocínio lógico, ou seja, uma educação de qualidade em todos os sentidos', finaliza o diretor Vilmar Menegon."

Fiz aprovar, através dos meus pares nesta Casa, um requerimento que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Valmir Comin, cumprimenta vossa senhoria, diretores, professores, funcionários e alunos, bem como a comunidade desse município, pela classificação no segundo ano consecutivo como a melhor escola de ensino médio e técnico de Santa Catarina no Exame Nacional do Ensino Médio, ficando entre as 20 melhores instituições de ensino médio do país. Enaltece, ainda, o trabalho dos professores e competência dessa direção na responsabilidade do desenvolvimento e formação de seus alunos. Atenciosamente, deputado Gelson Merísio, presidente" [sic]

Proposição e requerimento deste deputado.

Fala-se em escola técnica com capacidade de proporcionar um estudo integral ao aluno, e eu vejo que essa é a grande solução. A grande saída, deputado Dirceu Dresch, é a educação. Dizia Leonel Brizola que em 16 anos você pode mudar completamente a educação de um país, os seus rumos e o seu desenvolvimento.

Eu vejo com muita expectativa o governante que se preocupa em proporcionar aos seus cidadãos condição de dignidade, de verdadeira inclusão social, como acontece hoje em vários municípios catarinenses. E cito aqui como exemplo a parceria do governo federal com o município de Criciúma, onde há creches com mais de 700 alunos que fazem quatro, cinco refeições durante o dia e recebem toda a atenção necessária desde as 7h até as 18h. No final do dia o pai busca o seu filho com segurança, levando-o então para casa para passar a noite. E no dia seguinte volta a ter o período integral, na sua totalidade. Essa é a condição mais segura, e os pais ficam com a consciência tranquila de poder exercer a sua atividade profissional sem maiores problemas.

Quando se empreende na Educação, preocupa-se muito com o curso superior, mas devemos investir essencialmente lá no prezinho, para formar o cidadão com dignidade, com uma estrutura forte de conhecimento. Então, todo segundo grau deveria ser com um nível técnico de qualificação, porque ao sair do segundo grau o cidadão já tem a condição digna de buscar uma oportunidade no mercado de trabalho e aí, sim, posteriormente, poder, com a sua atividade, com o seu mérito, com o seu recebimento mensal, frequentar uma universidade. Apesar de que entendo ser o estudo uma oportunidade que o governo deveria dar a todo cidadão, independentemente ele estar cursando uma universidade em uma escola criada por lei municipal, uma fundação ou uma universidade privada.

O governo tem o dever e a obrigação de encontrar a bolsa, a vaga, em contrapartida, com todo respeito, ao imposto que o cidadão paga, retribuindo através da mensalidade gratuita ao aluno.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopena) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital, pela TVAL, srs. presentes aqui neste dia de hoje, quero aproveitar, aqui, na tribuna, sr. presidente Moacir Sopena, para cobrar do Executivo catarinense, do governador Pavan e de toda a sua equipe, dos secretários inclusive, a regulamentação de leis.

Esta Casa, quando aprova leis importantes para Santa Catarina, com certeza não está aqui brincando. Está tratando de questões sérias do nosso estado, e o Executivo precisa cumprir prazos e cumprir a regulamentação de leis.

Deputado Serafim Venzon, líder do PSDB nesta Casa, aprovamos a Lei n. 15.113, que estipula e cria o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, o PSA, uma importante política para a preservação ambiental - essa relação produção e preservação que Santa Catarina precisa adotar. Inclusive, vou encaminhar aqui um pedido de informação acerca do que está sendo aplicado, eis que já no ano passado foi criada uma lei, por esta Casa, de iniciativa da nossa bancada, a respeito do 1% das PCHs para a recuperação da bacia do rio que construir uma hidrelétrica.

Também temos outras fontes de recursos, mas a Lei n. 15.103, prevê o pagamento por serviço ambiental. E a lei diz que em 60 dias o governador regulamentaria, criaria a comissão de trabalho, a comissão de aprovação dos projetos de iniciativa dos agricultores familiares.

Então, nós, inclusive, precisamos debater isso aqui, e o governo do estado precisa encaminhar essa regulamentação o mais rápido possível. Isso nós estamos cobrando aqui.

Além dessa lei, existe outra lei que nós aprovamos aqui, a Lei n. 15.116, que institui a política das compras públicas governamentais, regulamenta a lei federal, instituindo a compra governamental das micro e pequenas empresas. A Lei n. 15.116 regulamenta a lei federal, que é um instrumento para o governo do estado poder comprar prioritariamente das micro e pequenas empresas nas licitações no estado de Santa Catarina. Mas é outra lei que não está sendo cumprida. Inclusive, estamos vendo a possibilidade de entrar com ações jurídicas para procurar os direitos dos micro e pequenos empresários, para eles poderem participar das compras públicas.

Em nível federal está funcionando muito bem, eis que está crescendo muito a participação das micro e pequenas empresas nas licitações públicas do Executivo, do governo federal, e não só do Executivo, como de toda a estrutura do governo federal. Infelizmente, aqui no estado

não se tivemos a opção de implantar essa lei que foi aprovada por esta Casa.

A terceira lei importantíssima para Santa Catarina é uma expectativa da população, desde quando andamos pelo estado afora divulgando a sua aprovação. E não é uma lei, é uma emenda constitucional que estipula em 1% da arrecadação do estado para a habitação popular. Ou seja, 1% de toda a arrecadação do estado de Santa Catarina deve ser investido em habitação popular em Santa Catarina.

Essa lei está aprovada, está publicada, mas já nos estamos encaminhando para o final de ano e nada. E como é que ficam os recursos deste ano, esse 1% que deve ser por lei, por obrigação, aplicado em habitação popular, que são mais de R\$ 100 milhões, já que nós vimos em outros anos o estado aplicar R\$ 25, R\$ 26 e R\$ 27 milhões em habitação popular?

Então, estamos cobrando aqui do Executivo. E com certeza, srs. secretários e ou secretarias que nos estão acompanhando, cadê a implantação dessas leis que esta Casa vem aprovando durante os últimos dois anos principalmente?

Nós queremos que essas leis sejam cumpridas, sejam implantadas, para beneficiar a população catarinense. Sejam os agricultores que preservam, sejam as nossas micro e pequenas empresas que estão dispostas e precisam desse espaço público de compras públicas. Ou seja, a nossa população catarinense precisa de casas.

Estive ontem nos bairros da cidade de Chapecó e vi uma grande demanda por habitação popular que ainda existe. E mesmo que o governo do presidente Lula tenha investido nos últimos anos massivamente em recursos para a habitação popular no interior e na cidade, como a demanda era muito grande, não deu conta até hoje. Então, o estado precisa cumprir a sua função, o seu papel, porque faz arrecadação de recursos e precisa também cumprir uma função e um papel social de investir em habitação popular.

Quero terminar aqui a minha intervenção de hoje, falando do fato que ocorreu aqui nos últimos dias, mas principalmente na tarde de hoje, do funcionalismo público do Deter e da Fatma.

Que insegurança para os trabalhadores, para os funcionários públicos do estado! Quando vêm para cá medidas provisórias e decretos criando abonos, criando gratificações, sempre dissemos que não dão segurança ao funcionalismo público. Isso não é política salarial, isso é remendo.

Então, nessa perspectiva, mais uma vez o funcionalismo fica com uma insegurança tremenda, com uma verdadeira confusão. E agora vem novamente o discurso de que "dá para fazer isso em época de eleição?". "Dá para fazer uma medida provisória?" Mesmo assim nós não temos dúvida de que o Executivo precisa resolver esse problema. Criou o problema, tem que resolver, tem que dar encaminhamento, porque os nossos funcionários públicos não podem ficar numa situação de insegurança e não receber salário. Inclusive, para algumas categorias, para alguns trabalhadores, pode significar 70% de redução salarial nesses próximos meses.

Então, precisa o Executivo achar um caminho urgente para resolver essa questão e não deixar os funcionários na

insegurança de não receber grande parte do seu salário no final do mês.

A nossa bancada, nós, do Partido dos Trabalhadores, este deputado, como deputado também sindicalista, aqui conchama ao governador Leonel Pavan que resolva o mais rápido possível esse problema. Inclusive, estaremos aqui amanhã e na quinta-feira para ajudar a encaminhar e, se precisar, aqui aprovar algum projeto e resolver essa questão da melhor forma possível e com a maior rapidez, para trazer a segurança de volta para o nosso funcionalismo.

Sempre dissemos que bônus e gratificação não é segurança para o funcionalismo público. O que é segurança é uma política de isonomia, de segurança para a educação, saúde, segurança, agricultura, tanto para a área da Fatma, do Deter, como de outras empresas de funcionários públicos do nosso estado.

Esses trabalhadores cumprem uma função estratégica atendendo à nossa população, cumprindo uma função, como, no caso da Fatma, de cuidar do meio ambiente, para não frear o processo de desenvolvimento do nosso estado. Eles cumprem uma função estratégica e por isso precisam ser valorizados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aqui cumprimentar todos os catarinenses que nos acompanham pela TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Quero também saudar o dr. Ari Rocha, grande urologista do estado de Santa Catarina, que atende em Florianópolis como médico do Hospital Regional de São José e do Hospital de Caridade. Como ele muitos médicos cumprem a sua tarefa com muito carinho com os pacientes.

Por isso, quero saudar, em nome do dr. Ari Rocha, um grande número de médicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde, o SUS, em todo o estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, farei aqui um comentário sobre a questão da saúde. Certamente a área em que a população mostra maior descontentamento é exatamente na questão da saúde.

Apesar de todos os esforços, tanto dos governos municipais quanto do governo estadual e federal, apesar de haver gradativamente momento até de gastos aplicados pelo governo, mesmo assim a deficiência ainda é grande. Poderemos dizer que mesmo que os prefeitos, o estado, a União, tenham feito bastante, mesmo assim, há muito por se fazer.

Na semana passada nós vimos e ouvimos uma notícia extremamente triste, mas que revelou a indignação e revelou como funciona a saúde de Santa Catarina, quando um senhor no município de Correia Pinto, depois de atirar numa enfermeira num posto de saúde, deu uma declaração no mínimo emocionante para quem viu. Dizia ele que depois de passar muitas vezes pelo posto de saúde, naquele ou em outros, de ser mandado para lá e para cá, de um lado para outro, ele com uma doença que em sua

opinião era grave, eis que não tinha ainda o diagnóstico, acabou cometendo uma besteira, e de fato foi, atirando na enfermeira.

Espero que aquele ato sirva de exemplo, de reflexão para toda a sociedade, primeira e principalmente por parte do poder público.

Certa vez ouvi uma frase de um padre, meu professor, que dizia que nada do que acontece é em vão. Tudo que cada pessoa faz terá um efeito e até mesmo quando alguém morre de forma natural, súbita ou mesmo por uma agressão como essa certamente não pode ser apenas uma morte.

Esse fato não pode ser apenas um julgamento de alguém que vai passar na cadeia por 30 anos, não! Tem que significar algo mais para a sociedade. Custou a vida de uma pessoa, o executor passar o desconforto de muitos anos detido, mas a sociedade terá que aprender e mudar sua postura.

A morte daquele que todos conhecem, Jesus Cristo, serviu para a mudança de comportamento de muita gente. E certamente a morte dessa enfermeira servirá para a mudança, não apenas do carrasco, mas principalmente para a sociedade que assiste a saúde do jeito que está e não a modifica.

Ontem, na minha cidade atendi uma senhora epilética, não vou dizer o nome, que há quatro meses foi diagnosticada com um tumor renal, que se for operado cura para sempre e se não for com certeza será letal para a paciente. Ela está esperando para ser operada, talvez fique na fila por um ano, não sei.

Graças a Deus apelei para a benevolência de um colega, dr. Ari Rocha, e ele nos disse que era para mandá-la para lá que daria um jeito. Se ela ficasse na fila do SUS talvez passasse o ano inteiro sem que fosse operada.

Isso não é um problema só de Santa Catarina, mas sim do Brasil inteiro e terá que ocorrer mudanças. Nosso estado tem 34 mil funcionários na saúde; temos mais de 14 mil médicos bem qualificados; a nossa medicina acompanha a evolução da medicina do Brasil e de qualquer parte do mundo. Chegam aqui aparelhos, equipamentos mais modernos no dia seguinte da sua execução. A tecnologia chega aqui, apenas não chega àqueles que infelizmente precisam utilizar o SUS.

Há mais de 10 anos que se realizam cirurgias por vídeos, como aquelas na vesícula, que o médico tira a vesícula com quatro furinhos que faz na barriga e dali a quatro, cinco dias o paciente vai para casa. E, em uma semana ou em menos tempo do que se tivesse arrancado uma unha do dedo, o paciente volta às suas atividades normais. Para uma pessoa que tem a condição de pagar, ele consegue fazer a cirurgia dessa maneira. E aquele que não tem dinheiro, que vai usar o Sistema Único de Saúde, o SUS, infelizmente, não consegue. E não é porque o médico não quer, mas porque o sistema não disponibiliza.

Será que não podemos pensar um pouco? Será que aquela nossa enfermeira de Correia Pinto morreu em vão? Não! Para alguma coisa terá que servir. Certamente aquela notícia repercutirá não só por Santa Catarina, mas pelo Brasil inteiro, para

promover uma mudança. Podemos usar toda a moderna tecnologia para fazer um diagnóstico, para fazer um tratamento, mas isso deve chegar a todos os cidadãos que contribuem no dia a dia com a movimentação econômica, com os gastos, com aquilo que ele faz durante o dia. Querendo ou não, todos os cidadãos pagam os seus impostos sobre tudo aquilo que fazem, que compram, que consomem. E desse imposto terá que ser retirado, terá que sair dali o dinheiro para manter a educação, a segurança e também a saúde que, infelizmente, tantos catarinenses estão à margem e que tem que ser um compromisso. Um compromisso de todos nós e, principalmente, o compromisso deste deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Manoel Mota, depois dessa brilhante explanação do deputado Serafim Venzon.

Esta Presidência parabeniza o deputado Manoel Mota pelo seu aniversário.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, aqueles que nos dão a honra de nos prestigiar, neste Parlamento, na tarde de hoje.

Gostaria de fazer algumas considerações, entendendo que elas são importantes e fundamentais para que possamos avaliar o trabalho do parlamentar.

Há mais de 20 anos me elegi deputado pela primeira vez e assumi algumas bandeiras de luta, entre elas a BR-101. Lutamos pela duplicação há 19 anos e temos trabalhado muito, temos mobilizado, temos processos a que respondemos na Polícia Federal por aquelas paralisações que ocorreram das 6h às 16h e das 9h às 15h, assim como tantas outras. E não daria para enumerar todas porque ocorreram muitas.

Depois dessa luta toda conseguimos um documento assinado praticamente por todos os segmentos de Santa Catarina, as associações comerciais, os CDLs, as associações de prefeitos, os vereadores, o Ministério Público, o Poder Judiciário e tantos outros, apoiando todos os movimentos que fizéssemos na BR-101 para buscar a duplicação.

Toda segunda-feira saio de Araranguá e venho a Florianópolis. E todas as quintas-feiras saio daqui, de Florianópolis, e vou a Araranguá. Às vezes faço essa viagem duas vezes na mesma semana. Portanto, tenho visto amigos e mais amigos tendo suas vidas ceifadas na BR-101. Quantos e quantos! O pai do deputado Leodegar Tiscoski perdeu a vida na BR-101, assim como o pai do deputado Edinho Bez e tantos outros empresários e usuários daquela BR.

Fala-se muito em armas, mas acho que a grande arma perigosa são os veículos. Se ele não for bem conduzido, se for conduzido por uma pessoa embriagada ou por uma pessoa que tirou a carteira sem condições, transforma-se num risco a cada momento e a cada instante.

Tudo ocorrendo normalmente, ainda assim, acontecem os acidentes, como aconteceu com o nosso líder da bancada do

PMDB, deputado Antônio Aguiar, no qual duas pessoas perderam a vida e o deputado está no hospital.

Essa é uma questão que se estende e que precisa ser debatida, questionada. Nós podemos dizer que a duplicação foi um movimento muito grande, uma luta incansável, permanente.

Geraldo Magela dos Santos, presidente da Associação Comercial e Industrial de Araranguá, disse-me: "Deputado Manoel Mota, eu iria a Brasília consigo, mas risque o meu nome. Eu não vou mais participar dessa reunião, porque sei que não vamos conseguir a duplicação".

Mas nunca perdemos a esperança, porque isso faz parte da nossa vida; nunca perdemos a esperança em nada. E continuamos lutando até buscar a ordem de serviço que iniciou a duplicação da BR-101.

Algumas empresas, que tiveram responsabilidade, que trabalharam, que executaram o seu papel, estão com o seu lote pronto há muito tempo. Outras, aventureiras, irresponsáveis, não concluíram as obras, que já passaram do prazo. Algumas abandonaram os trechos, como Araranguá/Sombrio, trecho 29. Temos, além disso, ainda três gargalos: o Morro do Formigão, em Tubarão, que não foi licitado, temos a ponte da Cabeçada, em Laguna, que também não foi licitada, e o Morro dos Cavalos, do qual ainda não foi licitado o túnel. Temos, então, três gargalos que ainda vão incomodar por muito tempo, mas a luta permanece.

O que não podemos aceitar é que se faça uma nova licitação e que aquela empresa que não cumpriu o trecho, que abandonou a obra, pague uma multa, concorra de novo e ganhe um novo trecho. Quer dizer, isso é inaceitável! Essas empresas deveriam ser punidas! Enquanto não concluíssem o trecho, não poderiam pegar outra obra pública no Brasil. Mas este é o Brasil, onde sempre há um jeitinho e por isso as empresas inadimplentes que não cumpriram o seu compromisso estão lá, pois ganharam a concorrência de novo. Quanto tempo será que a BR vai ficar assim? Ou será que a empresa vai ganhar o dinheiro e quando não interessar mais abandonará o trecho? Então, é preciso que o DNIT tome muito cuidado com isso.

Temos duas empresas que recebem para cuidar do trecho, da estrada que foi licitada, recebem para fiscalizar as empresas. Mas não sei o que essas empresas fazem. Elas recebem para fiscalizar as obras da estrada. E se as obras param, ficam abandonadas, o que elas fazem? E depois essas mesmas empresas voltam a executar o trecho? Temos algumas regiões onde as obras não têm qualidade, como, por exemplo, em Içara. E quero saber como é que se justifica uma obra que ainda não foi entregue para o governo já ter o trilho de caminhões? Em determinados lugares não é preciso nem motorista, basta colocar o caminhão no trilho que ele vai embora.

Como é que uma obra nova, que foi feita agora, num lugar onde sabidamente deve-se fazer uma estrutura muito forte para resistir ao peso dos caminhões, dos carros, já tem problemas?

Então, é preciso fazer com que a população fique atenta para cobrar. Acho que esta é uma hora de cobrança forte. Por quê? Porque o trecho já venceu desde o final

do ano passado. A obra está atrasadíssima e ainda continua com alguns trechos que nem licitados foram.

Portanto, é preciso ficar atento, cobrando trabalho, buscando aquilo que é fundamental e importante para a vida das pessoas. Enquanto isso, naquele trecho 29, que ainda não foi concluído, que está abandonado, só no sábado seis pessoas perderam a vida, porque quando chove, cai a sinalização e não há ninguém cuidando. Os acidentes acontecem, e vidas são perdidas.

É preciso chamar a atenção, é preciso que o governo federal, que o ministério dos Transportes, tome medidas duras, radicais e que penalizem as empresas que foram irresponsáveis; agora, não se pode penalizar a população, porque ela não merece. A população aguarda por uma obra de qualidade, porque ajudamos a construir e a zelar por ela, para que o governo tenha orgulho da obra, da duplicação da BR-101, porque é um projeto de engenharia de primeiro mundo. E o usuário também quer se orgulhar. E é por isso que estamos aqui atentamente trabalhando, fiscalizando, cuidando. E enquanto não estiver pronta eu não vou parar de trabalhar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, inicialmente gostaria de cumprimentar o meu amigo, deputado Manoel Mota - que já está há cinco mandatos nesta Casa, e chegamos aqui juntos -, pelo seu aniversário. Um deputado atuante, amigo e parceiro da Assembleia Legislativa.

Deputado Jailson Lima, gostaria de abordar neste final de sessão o resultado, o reflexo daquilo que nos chegou nesses últimos dias, quanto à nossa iniciativa, acompanhada de 32 assinaturas de deputados e deputadas, no sentido de provocarmos a ampla discussão sobre o Hino de Santa Catarina.

A nossa proposta tem o intuito de propor um plebiscito que, se aprovado, possa ser levado a todos os catarinenses, para opinarem favoravelmente ou contrários à manutenção do atual hino.

Tivemos muito retorno de algumas pessoas, que se posicionaram contra a nossa iniciativa, justificando que há assuntos mais importantes para serem apreciados na pauta da cultura, na pauta da Assembleia, do que essa questão do hino. Respeitamos os posicionamentos, as pessoas que pensam dessa forma, mas acredito que essa questão já é muito antiga e que precisamos provocar esse debate. Penso que este é o lugar certo, a Assembleia Legislativa, o Parlamento, com os 40 deputados, porque aqui na verdade está representado o povo e a sociedade catarinense.

Também temos manifestações favoráveis à nossa iniciativa, inclusive, a grande maioria, através de e-mail, telefonemas, contatos pessoais, dizendo que, efetivamente, é necessária essa discussão. É necessário aprofundarmos a pesquisa histórica e, quem sabe, caminhar para um novo hino.

Srs. deputados, todos que pensam dessa forma têm feito uma pesquisa junto aos seus, junto às pessoas mais próximas. E especialmente aqui quero falar nos veículos de comunicação, tanto os jornais, as rádios, a televisão, a nossa TVAL, que também fazem uma pesquisa junto às pessoas, à população. E o resultado é acima daquilo que dizíamos no primeiro momento, ou seja, que 90% da população catarinense não conhece, não sabe cantar o nosso hino. O resultado é maior do que isso. Gostaria de registrar que, quase de forma unânime, entre as pessoas pesquisadas, nenhuma conhecia a letra do nosso Hino de Santa Catarina.

Então, isso mostra a necessidade desse debate. Volto aqui a dizer que o hino é um símbolo, que faz parte dos símbolos do nosso estado, como a nossa bandeira, como toda a estrutura necessária para representar o estado. E o nosso hino, que faz parte desse contexto, infelizmente, dentro da questão que já abordamos, não representa nenhum fato histórico do nosso estado, não representa a cultura do nosso estado, da nossa diversidade cultural, não representa a beleza natural do nosso estado, enfim, ele foi escrito num momento histórico.

Respeitamos o seu autor, Horácio Nunes Pires, assim como seus familiares, que já fizeram manifestações e diziam que o debate até vai valorizar esse grande compositor que desenvolveu também outras atividades culturais, no sentido até de mostrar a sua história, a sua intenção e valorizá-lo também nesse contexto. Não há nenhum objetivo em não reconhecer a sua importância dentro do contexto histórico, mas volto a dizer que esse hino, falam alguns, foi escrito para ser o hino nacional e, não sendo escolhido, foi adotado pelo nosso estado.

Essas são apenas especulações, não temos informações concretas sobre isso. Mas de qualquer forma ele foi escrito para representar aquele momento histórico do Brasil, da abolição da escravidão. Todos que conhecem a história do nosso estado sabem que aqui praticamente não tivemos escravidão, que os nossos imigrantes europeus aqui não adotaram esse sistema, nem os imigrantes alemães, italianos, açorianos e portugueses. Quando houve esse movimento abolicionista em nível nacional, Santa Catarina ficou à margem disso, porque no estado havia pouca escravidão. Mas de qualquer forma o debate está aberto.

Deputado Jailson Lima, gostaria até que v.exa. liderasse isso no seu partido, o Partido dos Trabalhadores, no sentido de que não seja uma iniciativa isolada minha, mas dos 40 deputados, para que não se chegue à conclusão de que não vale a pena, de que não é esse o caminho. Mas o fato de termos levantado esse debate já contribuiu muito para que as pessoas começassem a se interessar pela história e pelo nosso hino.

Era isso que gostaria de dizer e como secretário de estado tentamos já uma manifestação no Conselho Estadual de Cultura, que debateu esse assunto durante dois anos. E não quis avançar por entender que deveria haver uma discussão mais ampla, então, nada melhor do que um plebiscito - que está previsto na nossa Constituição Estadual e que não foi utilizado ainda em nenhum momento. Tivemos apenas dois plebiscitos nacionais. E acreditamos

que seja oportuno aproveitar esse espaço democrático para discutir com a sociedade através de uma participação decisiva do voto, através de um plebiscito.

Era isso, sr. presidente. Agradeço a oportunidade e vamos continuar esse debate na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel, sua iniciativa é louvável à medida em que coloca em debate a questão do hino do estado de Santa Catarina. Parabéns pela iniciativa.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à Adac.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 026ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO DE DISTRIBUIDORES E ATACADISTAS CATARINENSES (ADAC) PELA PASSAGEM DOS SEUS 15 ANOS DE FUNDAÇÃO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO RENATO HINNIG

SUMÁRIO

DEPUTADO RENATO HINNIG - Homenageia a Adac pela passagem de seus 15 anos.

ALCEU ALCIDES PEREIRA - Manifesta-se em nome da Adac.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades, que serão nominadas a seguir, para compor a mesa:

Senhor Alceu Alcides Pereira, presidente da Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses - Adac;

Senhor Odemar Müller, primeiro-vice-presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - Abad;

Senhor Célio Spagnoli, vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina, neste ato representando a presidência da Fecomércio;

Senhor Laércio Knihs, diretor-executivo da Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses;

Senhor Flávio Flores Lopes, presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais.

Prezadas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado, e aprovada por unanimidade dos demais parlamentares, em homenagem a Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses na passagem de seus 15 anos.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Registramos, ainda, a presença das seguintes autoridades:

Senhor Amarildo José da Silva, presidente do Sindicato do Comércio

Atacadista e Distribuidor de Itajaí e Região e vice-presidente do Setor de Atacado da Federação do Comércio de Santa Catarina;

Senhor Tarcisio da Silva Oliveira, neste ato representando o presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais de Santa Catarina;

Senhora Maria Izabel Pinheiro Sandri, presidente da Associação Empresarial de Itajaí.

Neste momento, faço uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

Caro Alceu Pereira, presidente da Adac; caro Odemar Müller, vice-presidente da Abad; demais autoridades já nominadas; caros empresários do setor atacadista; caros representantes comerciais; funcionários da Adac.

É com muita alegria que faço uso da palavra, na condição de deputado estadual representante da Adac. E tenho dito aqui nesta Casa, com muito orgulho, estufando o peito mesmo, que aqui represento, sim, o setor atacadista.

E neste ano em que a Adac completa os seus 15 anos é como se fosse aquela filha que está comemorando os seus 15 anos e programa uma data durante o ano para fazer a sua apresentação como debutante. A Adac, hoje, está debutando aqui na Assembleia Legislativa nesta sessão especial, um evento importante e que certamente vai ficar marcado para sempre na memória de todos os empresários do setor atacadista e distribuidor de Santa Catarina.

Eu, que tive o privilégio, desde o nascimento da Adac, de acompanhar todos os seus passos, tenho contado com frequência esse episódio porque está muito fresco na minha memória o dia em que eu estava lá na secretaria da Fazenda, como diretor de Administração Tributária, e o sr. Laércio Knihs e o sr. Odemar Müller vieram procurar-me. Na época, o sr. Odemar Müller presidia a Adac e o Laércio Knihs, desde aquela época, já era o diretor-executivo da Adac. Lá vieram eles com um leque enorme

de reivindicações e de problemas que elencavam no relacionamento com o governo, especialmente na área fazendária. Recebi-os, parabeneizei-os pela iniciativa, mas naquela oportunidade não existia um ambiente ainda favorável para que pudéssemos buscar avanços. E até porque a própria instituição secretária da Fazenda, ainda naquele tempo, não estava preparada para esse diálogo franco e aberto com o setor empresarial catarinense.

Mas começamos a acompanhar e algumas vezes fomos convidados para comparecer a reuniões do setor atacadista de Santa Catarina. Fomos estreitando, a cada ano que passava, o nosso relacionamento e a Adac foi-se constituindo numa entidade respeitável em Santa Catarina, pelo seu posicionamento claro e objetivo de congregar o setor atacadista para defender os interesses desse importante setor de nosso estado.

Certamente houve muita dificuldade, principalmente naquele início, porque me lembro bem também, e pelas muitas histórias que eu ouvi, de que os próprios empresários, nas primeiras reuniões, tinham dificuldade de assimilar que estavam reunindo-se com concorrentes. E até compreenderem que não eram concorrentes, e sim e apenas parceiros, e que se juntos estivessem, como é o lema da Adac: "Todos juntos seremos mais fortes"...

E foi nessa compreensão que as coisas foram evoluindo. E depois quis o destino que novamente, em 2003, na diretoria de Administração Tributária, nós pudéssemos estabelecer avanços significativos para fortalecer esse setor em Santa Catarina e dar a condição de poder desenvolver um trabalho forte, de equilíbrio na concorrência com os atacadistas de outros estados, e de poder mostrar a competência do empresariado desse setor em Santa Catarina.

E com o passar dos anos, de 2003 para cá, nós pudemos perceber um fortalecimento significativo desse segmento em Santa Catarina. As empresas, àquela época, sofriam uma forte concorrência de empresas atacadistas de outros estados, e tinham um

mercado restrito em Santa Catarina. Mas hoje podem mostrar a sua musculatura, já que estão fortes e atacando e vendendo para outros estados da federação.

Muito me orgulha ter participado dessa construção porque as reivindicações sempre eram encaminhadas de forma clara, objetiva e ética. A Adac nunca buscou qualquer tipo de benefício fiscal que fosse inconsistente ou que se constituísse numa aberração. As reivindicações sempre eram encaminhadas de forma justa.

E também, de outro lado, foi a oportunidade que o governo e a secretaria da Fazenda tiveram de poder ter um diálogo mais franco e aberto com o segmento sobre os problemas que existem em cada setor. E qual o setor que não tem problemas?

Ainda há muito o que fazer, e de vez em quando acontece algum problema que exige a articulação do setor, que exige a articulação política. Agora mesmo, recentemente, houve o episódio da inclusão de uma vasta lista de produtos na substituição tributária, o que ensejou, sim, uma nova articulação do segmento e a nossa participação política na articulação com o governo para que pudéssemos manter o setor competitivo e manter aqueles benefícios fiscais justos que fizeram com que o setor atacadista de Santa Catarina crescesse.

É importante também ressaltar que a Adac possui outras preocupações. Eu tive a oportunidade, agora no último dia 25, de participar de um encontro dos motoristas do segmento lá em Itajaí, um evento importante em que estiveram os profissionais que têm a responsabilidade de dirigir os caminhões, participando, durante um domingo, de atividades para a melhoria da sua profissão. E foi também um momento de confraternização, já que ao final houve também a apresentação de *shows* que certamente serviram para a integração da equipe.

É importante ressaltar também que Adac preocupa-se com a sociedade, já que tem também a preocupação de auxiliar entidades que realizam um trabalho social importante de resgate da cidadania. E muitas vezes tive a oportunidade de participar de eventos em que a Adac entregava a sua contribuição para ajudar entidades que desenvolvem trabalhos sociais em Santa Catarina.

Agora mais recentemente a Adac também teve a compreensão de que é importante a representatividade política. Estabelecemos essa nossa parceria, e muito nos orgulhamos de poder participar dela nessa construção. E tivemos a oportunidade, nesse tempo de mandato, de poder mostrar ao setor atacadista o quanto é importante que o empresariado de Santa Catarina participe ativamente da questão política, porque é a política que acaba decidindo e implementando as leis que cabem à sociedade, e especialmente aos empresários, cumprir.

Gostaria também de fazer um registro sobre esse importante segmento, os representantes comerciais. E aqui estão presentes alguns dos representantes dessa valorosa categoria que tem uma função importante no setor atacadista de Santa Catarina.

Eu quero registrar aqui o meu reconhecimento à importância dessa atividade. Temos incluído também na pauta

assuntos pendentes, que precisam ser resolvidos, que certamente vão valorizar essa importante categoria de profissionais deste estado que têm vínculo com o setor atacadista.

Portanto, sem me alongar mais, quero cumprimentar todos os empresários do setor atacadista de Santa Catarina, seus funcionários, seus colaboradores e também aqueles que tiveram a responsabilidade de dirigir a entidade até este momento.

Desejo ao Alceu e a toda sua diretoria que continue perseverando nesse excelente trabalho, que é modelo em Santa Catarina e no Brasil inteiro.

Não raras vezes eu estabeleço contato com o Alceu ou com o sr. Laércio. Sei que eles estão visitando outras entidades congêneres, em outros estados, para buscar a experiência do bom trabalho.

Portanto, quero parabenizar todos os atacadistas de Santa Catarina e os dirigentes da Adac pelo excelente trabalho que essa entidade realiza aqui em Santa Catarina e desejar que consigamos comemorar as muitas e muitas vitórias e os muitos e muitos anos de vida dessa valorosa entidade.

Muito obrigado!

Que Deus continue abençoando vocês todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Convido o mestre de cerimônia, sr. Washington Luiz Mignoni, para discorrer sobre a entidade homenageada.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - A Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses existe para atender aos seus associados, razão maior da sua fundação, tornando mais fortes os seus clientes, os fornecedores, os parceiros, os colaboradores, a comunidade em geral, difundindo a força e o valor do associativismo.

Sua missão é contribuir para o desenvolvimento dos atacadistas e distribuidores associados, através da união associativa e a colaboração entre os mesmos, dentro do espírito da franca lealdade, solidariedade e ética, sem interferir na livre concorrência entre os mesmos.

Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem à Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses, na passagem dos seus 15 anos de colaboração para o desenvolvimento dos atacadistas e distribuidores, através da União Associativa, com lealdade, solidariedade e ética, contribuindo para a verdadeira cidadania.

Convido o sr. deputado Renato Hinnig para fazer entrega da homenagem ao sr. Alceu Alcides Pereira, presidente da Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Convido para fazer uso da palavra, em nome da Associação dos Distribuidores Atacadistas Catarinenses, o sr. Alceu Alcides Pereira, presidente.

O SR. ALCEU ALCIDES PEREIRA - Meus cumprimentos ao excelentíssimo sr. deputado Renato Hinnig, autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial, ao sr. Ademar Müller, primeiro vice-presidente da Abad - Associação Brasileira de Distribuidores e Atacadistas, ao sr. Célio Spagnoli, vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina, neste ato representando o presidente da Fecomércio catarinense, ao sr. Laércio Knih, diretor executivo da Adac, ao sr. Flávio Flores Lopes, presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais.

Cumprimentando essas autoridades, eu estendo os meus cumprimentos às demais autoridades aqui presentes.

Eu vou, primeiramente, ler a lista de quem nos enviou felicitações pela passagem dos 15 anos da Adac.

(Passa a ler.)

"Maria de Lurdes, secretária da sede regional de Joaçaba; JME Distribuidora de Alimentos Ltda; Dalmir Santana, palestrante; Márcio de Mendonça, diretor da Duflex Comércio e Representações Ltda; Agenor Domingos, diretor da empresa Tecnicocyber Automoção de Negócios Ltda; João Aparecido de Pereira, Central de Negócios Abad e Assessoria as filiais Estaduais; H Deker - Distribuidora Agropecuária Ltda; Difrisul - Distribuidoras de Frios Sérgio Utzig Ltda; Sirecoi - Sindicato dos Representantes Comerciais de Itajaí e Região; Salete Reis; Cleoni e Trindade, Assessoria e Consultoria Tributária; Paulo Mello, diretoria de Contas Estratégicas da Serasa; Altamiro Borges, diretor presidente da ABGroup Desenvolvimento de Negócios Ltda; Nilo Tozzo Cia Ltda; Aldre Atacadista."

Meus agradecimentos pelas felicitações.

(Continua lendo.)

"A criação da Adac - Associação de Distribuidores e Atacadistas de Santa Catarina - representa a concretização de um sonho antigo do segmento comercial do atacado e distribuidor de Santa Catarina.

A sua fundação e constituição ocorreu em 27 de julho de 1995 e contou com o apoio de trinta atacadistas e distribuidores, que assinaram a ata de reunião de constituição, passando para a história como seus sócios fundadores.

A Adac - Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses - existe para atender aos seus associados, razão maior da sua fundação, fazendo-os mais fortes junto aos seus clientes, fornecedores, parceiros, colaboradores e comunidade em geral, difundindo a força e o valor do associativismo.

A Adac possui oito sedes: Itajaí, Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma, Lages, Joaçaba e Chapecó.

A semente de uma associação catarinense de atacadistas e distribuidores difundiu-se em todo estado de Santa Catarina por quatro representantes comerciais que, vindos de uma feira no Paraná, acharam por bem propagar a criação de uma associação no estado de Santa Catarina.

Rendo aqui a minha homenagem aos idealizadores e propagadores daquela sementinha, que gerou essa árvore majestosa chamada Adac. São eles: Sérgio Neves, Paulo Antônio, César Birken e Hélio Marquetti.

Acreditamos no associativismo como união e força dos atacadistas e distribuidores de Santa Catarina; no trabalho em equipe, assumindo responsabilidades coletivamente, compartilhando lideranças e mostrando solidariedade nas adversidades; na ética que requer muito mais do que o simples cumprimento de leis, normas e regulamentos, exigindo uma postura profissional de respeito e dignidade; na busca constante pela excelência na prestação dos serviços.

Nesses 15 anos de história da Adac, existem vários nomes que merecem ser citados. Entretanto, para não cometermos nenhum lapso, vamos representá-los na pessoa do deputado Renato Hinnig, cuja história se confunde com a própria história da Adac.

O deputado Renato Hinnig foi autor em muitos casos e o mentor em outros de

toda política de incentivo do governo do estado de Santa Catarina. A ele devemos a realização desta sessão especial pela passagem dos 15 anos da Adac e, portanto, ele é merecedor das nossas mais sinceras felicitações, pois sem o deputado Renato Hinnig este dia passaria em branco. Portanto, é justo e merecido ter o nome do deputado Renato Hinnig na lembrança de todos nós como o deputado e o amigo em quem o atacadista e distribuidor catarinense pode confiar, o deputado da Adac.

Muito obrigado, deputado! Que Deus lhe dê força e saúde sempre.

Finalmente quero agradecer aqui a todas as autoridades que se fizeram presentes, aos associados, amigos e convidados.

Muito obrigado e que Deus lhes abençoe.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - A Presidência agradece às autoridades com assento à mesa e a todas as pessoas que nos honraram com o comparecimento.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002, de 05 de agosto de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso VI, e parágrafo 5º do artigo 65 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-59, para auxiliar o Diretor Geral no acompanhamento da implantação do Planejamento Estratégico, conforme estabelecido na Resolução nº 004, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **MARIA LUIZA BRASIL**, matrícula nº 1134, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 419, de 05 de agosto de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1587/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **PAULO DA SILVA PACHECO**, matrícula nº 1596, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 418, de 05 de agosto de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1551/2010,

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA PARA DEBATER O PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO, LEI Nº 13.553/2005 E DECRETO Nº 5.010/2006, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2010, ÀS 10H, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Ao sexto dia do mês de julho de 2010, às 10h, realizou-se no Plenarinho Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo Deputado Estadual Joares Ponticelli, com o objetivo de discutir o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - Lei nº 13.553/2005 e Decreto nº 5.010/2006. Seguindo o protocolo, a senhora mestre de cerimônias, Maria

Natel Scheffer Lorenz, cumprimentou os presentes e convidou para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Joares Ponticelli, presidente da reunião e proponente da audiência pública; Deputado Estadual Sílvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; Deputado Estadual Décio Góes; Deputado Estadual Edison Andrino; senhor Rolando Nunes Córdova, engenheiro sanitário, representando o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), senhor Saulo Sperotto; senhor Jorge Rebollo Squera, diretor de Desenvolvimento das Cidades da Secretaria de Estado do Planejamento e coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; senhor Raul Zucatto, presidente do Crea/SC; senhor Norton Flores Boppré, diretor de Planejamento, representando o Secretário de Estado do Planejamento, senhor Vinícius Lummertz; senhor Alaor Francisco Tissot, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) e também representando o Conselho de Federações

Empresariais de Santa Catarina (Cofem); e Capitão de Corveta José Antônio Gomes da Silva, representando o Capitão dos Portos de Santa Catarina. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Estadual Joares Ponticelli para presidir os trabalhos, que deu início à audiência pública saudando às autoridades e aos demais presentes e registrando as seguintes presenças: Prefeita Marlene Dutra Vidor, de Passo de Torres; Prefeito João Alberto Bonamico, de Balneário Gaivotas; senhor Nilson Luiz da Silva Mello, Secretário Municipal de Planejamento de Garopaba; senhor Artur Emílio Lopes, Secretário Municipal da Fazenda de Garopaba; Vereador Mauro Santos do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba; Vereador Jucélio de Souza Clementino, de Garopaba; senhor Mauro César Campos de Almeida, representando a Federação das Empresas de Aquicultura (Feaq); senhor Luís Alberto Cadenas, representando a empresa Realis, de Florianópolis; senhor Luciano José Cota, diretor de Turismo, representando a Prefeitura de Porto Belo; senhor Roque Gonzalez Bohora Justino, representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna; senhor Rodrigo Del Olmo Sato, presidente da Associação Profissional dos Geólogos do Estado de Santa Catarina (Agesc); Vereador Jucinei de Souza, de Paulo Lopes; Vereadora Marize Menezes Wheeler, de Paulo Lopes; senhor Silvério Simoni, diretor tesoureiro, representando o Conselho Regional de Corretores de Imóveis; senhor Carlos Magnus Cechinel, representando a Prefeitura de São João do Sul; Vereador Isnardo Luís Brant, de Palhoça; senhor Jorge Leonardo Nesi, secretário executivo da Amurel; senhor Emerilson Gil Emerim, diretor técnico da Ambiens Consultoria Ambiental; senhor Fabiano Müller Silva, chefe do Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Cedap) da Epagri; senhora Suzelly Uliana, representando a Fundação Cambirela do Meio Ambiente (FCAM); senhor José Bittencourt Furtado, vice-presidente para Loteamento e Incorporação do Secovi Florianópolis/Tubarão; senhor Alexandre Mazer, da Ambiens Consultoria Ambiental; engenheiro Fábio Marin Melo, da Associação de Moradores Abrangidos pelo Mosaico (Amam); senhor Ricardo Lino da Silva, arquiteto da Prefeitura de Içara; senhor João Guilherme Wegner da Cunha, da Câmara Técnica Estadual do Gerenciamento Costeiro/Consema; senhor Ernesto São Thiago, representando a Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins (Acatmar) e a Associação Brasileira de Terminais de Cruzeiros Marítimos (Brasilcruise); e senhor Renato Sehn, representando a Prefeitura de Paulo Lopes. Na sequência, comunicou que a audiência foi solicitada porque lideranças e entidades de alguns Municípios querem conhecer os procedimentos que o Governo está adotando a respeito da regulamentação da Lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005. Disse que foi autor do projeto de lei, que realizou audiências públicas em todo o Estado e que a proposta inicial foi aperfeiçoada porque a lei era complexa e o Estado, a partir da lei estadual, regulamentava a ocupação das áreas e pretendia o detalhamento dessa ocupação das áreas. Explicou que depois de muitos debates conseguiu-se elaborar uma lei mais genérica permitindo aos Municípios fazerem o detalhamento de acordo com as peculiaridades de cada região, através do Plano de Zoneamento. Ainda, falou que a regulamentação da lei demorou e que a Assembleia cobrou por entender que o Estado estava retardando o detalhamento e a sua regulamentação, mas que, segundo informações, a regulamentação está prestes a acontecer com as modificações previstas no Decreto nº 5.010, de 23 de dezembro de 2006. Registrou que o objetivo da audiência é discutir a lei antes da sua regulamentação, antes da sua vigência; é informar a sociedade da nova regulamentação, saber o que está por vir, o que o Estado pretende fazer e como será a nova regulamentação. Concluiu explicando o andamento da reunião e passou a palavra ao senhor Norton Flores Boppré, diretor de Planejamento, representando o Secretário de Estado do Planejamento, senhor Vinícius Lummertz, que saudou a todos e disse que a implementação do Programa de Gerenciamento Costeiro é de grande relevância para o Estado de Santa Catarina e que hoje está em vigência com base no cumprimento da Lei nº 13.553, de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.010 em 2006, que está em fase de enriquecimento. Comunicou que a Secretaria de Estado do Planejamento tem em sua estrutura a Diretoria de Desenvolvimento das Cidades, que tem a competência de tratar

da implementação do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. Por fim, esclareceu que senhor Jorge Rebollo Squera relatará boa parte das ações já levadas à prática e as que serão implementadas do Gerenciamento Costeiro. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, convidou o Deputado Estadual Edison Andrino para compor a mesa e passou a palavra ao senhor Jorge Rebollo Squera, diretor de Desenvolvimento das Cidades da Secretaria de Estado do Planejamento e coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que cumprimentou todos e, com o auxílio de PowerPoint, explicou que a base para organizar os trabalhos foi a Lei nº 7.661, de 16 maio 1998, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), e o Decreto Federal nº 5.300, de 7 dezembro de 2004, que regulamenta a lei, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima; e, em Santa Catarina, a Lei nº 13.553, de 16 novembro de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), e o Decreto nº 5.010, de 22 de dezembro de 2006, que regulamenta a lei e estabelece estratégias, metas e instrumentos para implantação do PEGC no Estado. Fazendo uma síntese histórica, informou que em 1987 já se tinha instalado um Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro no Estado; que o IBGE, em 1997, realizou o Diagnóstico Ambiental do Litoral de Santa Catarina, o qual foi consultado para os trabalhos atuais; que em 1998 a Univali foi contratada pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) e fez uma proposta de gerenciamento costeiro para a região de Itajaí; que em 2000 a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente apresentou uma proposta de anteprojeto de lei do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina, mostrado na Alesc, e que depois de ampla discussão com a sociedade não foi aprovado; e que em 2003, com a participação do Deputado Joares Ponticelli e da Secretaria do Meio Ambiente, foi elaborado o projeto de lei, explicando que o governo posterior, a Secretaria, buscou instrumentos para dar andamento ao projeto, surgindo o Decreto nº 5.010, de 22 de dezembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 13.553, de 2005. Prosseguindo, disse que para continuar o programa foi necessário se basear nessas leis, relatando alguns artigos da Lei nº 13.553: "Artigo 2º Subordinando-se aos princípios normativos gerais, às diretrizes e aos objetivos específicos do PNGC, o PEGC visa a orientar a utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira Estadual, (...) tentando propiciar a elevação da qualidade de vida de sua população e a proteção de seus patrimônios natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico."; "Parágrafo único Os municípios poderão instituir, por lei, os respectivos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro - PMGC, (...) observadas as normas gerais, definições, diretrizes e objetivos específicos do PNGC e do PEGC (...)."; "Artigo 3º O PEGC, em consonância com o disposto no PNGC, deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira Estadual (...)."; "Artigo 4º O PEGC será elaborado e, quando necessário, atualizado, pelo Poder Executivo, na instância técnico-administrativa de um Grupo de Coordenação dirigido pela Secretaria de Estado do Planejamento (Lei 14.465 de 23/07/2008) (...)."; e "Artigo 10º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, consideradas as prescrições dos artigos 2º, parágrafo único, e 4º". Continuando, falou que o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro será implementado através de ações administrativas, como a efetivação dos instrumentos de gerenciamento costeiro; a definição dos mecanismos de participação e consulta às comunidades na implantação do gerenciamento costeiro; a integração dos instrumentos do Gerenciamento Costeiro, de forma contínua, seqüencial e sistemática; e a priorização das interfaces setoriais do PEGC com as áreas de desenvolvimento urbano, turismo, aquicultura, portuário e do sistema viário. Avaliou que os técnicos e os planejadores também sofrem há vinte anos porque o Plano não tem continuidade, não é elaborado e não é contínuo. Em relação à questão da coordenação dos trabalhos, disse que, conforme o artigo 6º, "O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro será disposto pelo grupo de Coordenação através da Secretaria de Estado do Planejamento em estreita colaboração com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, municípios costeiros, a sociedade civil organizada e iniciativa privada". Explicou algumas competências do Grupo de

Coordenação, como a elaboração, a implementação e o acompanhamento da execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, obedecendo às normas legais federais; a promoção da articulação intersetorial e interinstitucional no nível estadual, na sua área de competência; e a orientação e o apoio às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional na estruturação e coordenação dos Comitês Temáticos de Gerenciamento Costeiro, dentro dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, ressaltando que isso seria a consolidação institucional do programa e uma garantia de poder dar continuidade ao programa depois. Ainda, explicou que os demais órgãos da administração pública direta e indireta (federal, estadual e municipal) serão convocados para a participação do Grupo de Coordenação à medida que ocorram demandas específicas aos temas pertinentes ao Gerenciamento Costeiro, informando que foram incluídos representantes da sociedade a nível estadual. Referindo-se aos Comitês Temáticos de Gerenciamento Costeiro, disse que serão compostos de forma paritária, com representação do Governo do Estado, dos Municípios e da sociedade civil organizada com sede e atuação no setor costeiro. Mencionou, também, o Decreto nº 1.591, de 12 de agosto de 2008 (CGI), que constitui o Comitê Integrado para o Planejamento Territorial da Região Costeira de Santa Catarina, que tem como objetivo integrar, compatibilizar e articular ações dos programas de: implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; elaboração de planos diretores dos municípios impactados pela duplicação da BR-101, no litoral sul do Estado, por meio da Codesc; e de Zoneamento Turístico Ambiental. Em relação às atividades preliminares [do Plano de Gerenciamento], falou que em 2008 foi feita a licitação da empresa consultora, a Ambiens Consultoria Ambiental, em junho desse mesmo ano; esclareceu que a Secretaria de Planejamento não tinha recursos financeiros e que se conseguiu isso através dos recursos financeiros do Seitec/SOL, aprovados em setembro de 2008; e comunicou que o Comitê Estadual foi instalado em setembro de 2008 e que o lançamento do programa Gerco foi em 23 de maio de 2009. Afirmou que em função do decreto foi necessário criar uma estrutura de coordenação e de participação entre Estado, Município e região. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline O. V. Bitencourt.*] Contou que, como há cinco setores, foram criados cinco Comitês Temáticos Regionais, compostos de forma paritária com representação do governo, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, empresarial, ou econômica. Em seguida, registrou a ordem, respectivamente, de homologação do Conselho Regional - primeiro, a região de Itajaí; segundo, a região de Araranguá; terceiro, a região de Joinville - e disse que as regiões de Florianópolis e de Laguna estão esperando a homologação. Continuando, apresentou os instrumentos do Gerenciamento Costeiro, segundo a lei: Zoneamento Ecológico-Econômico; Plano de Gestão da Zona Costeira; Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro; Sistema de Monitoramento Ambiental; Relatórios de Qualidade Ambiental; e Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, salientando que se iniciou com os dois instrumentos mais importantes, que são o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Plano de Gestão. Destacou que o Plano de Gerenciamento Costeiro é ambiental e não tem interferência nos Planos Diretores, que são urbanos, mas esclareceu que se defende que o Gerenciamento Costeiro tem que servir de base para a política de desenvolvimento, para indicar as possibilidades, porque os outros instrumentos referem-se ao controle, ao monitoramento dos ecossistemas, do sistema natural lacustre. Comentou um problema que ocorreu quando foi feito anexo ao decreto definindo zonas para o setor terrestre e para o setor marítimo e também diretrizes, parâmetros, e disse que o Plano de Gestão Costeira seria o zoneamento e que acima desse zoneamento é onde existem conflitos. Em seguida, apresentou o cronograma de trabalho e contou que em princípio pensaram em terminar em maio, mas tiveram que aumentar o prazo; informou que começaram com o diagnóstico socioambiental, que estará disponível no *site* da Secretaria, e salientou que agora a empresa vai apresentar a última versão do diagnóstico, que também estará no *site*, para a discussão continuar; e comunicou que entraram na etapa do Zoneamento Ecológico-Econômico. Contou que em todas as regiões fizeram reuniões, seminários, oficinas com os Municípios que estavam

elaborando e realizando os Planos Diretores, isso porque tem que haver compatibilidade entre os Planos Diretores Municipais e os zoneamentos estaduais. Disse que outro problema foi em relação ao Zoneamento Marítimo, destacando que o Estado de Santa Catarina, juntamente com a sua empresa de consultoria, foi o primeiro a fazer o Zoneamento Marítimo; revelou que tiveram encontros de alto nível, o que culminou em uma reunião na Secretaria com representantes da Marinha nacional, do Ministério da Pesca, do Ministério do Meio Ambiente e também com pessoas da parte portuária, afirmando que o tema que ficou pendente no anexo em relação ao zoneamento foi a Zona de Manejo Marítimo e Aquicultura; e informou que se conseguiu formar um grupo de trabalho com a participação da Epagri, do Ministério da Pesca, da Secretaria e que, posteriormente, vão convidar a Capitania dos Portos, para resolver o problema dos parques aquícolas, que é uma questão séria que se está tentando equacionar, avaliando que isso já é resultado imediato do trabalho realizado. Afirmou que, posteriormente, voltou-se a fazer oficinas sobre o zoneamento regional, que surgiram vários questionamentos, principalmente na região sul e centro-sul, e que o Conselho de Zoneamento Regional pediu uma reunião sobre zoneamento e Planos Diretores e maior prazo para esse trabalho ser discutido, contando que neste momento pararam tudo e estão propondo uma estratégia a fim de se ter prazo maior para discutir esses temas, que avaliou serem muito importantes. Ato contínuo, ressaltou que outra questão importante a ser resolvida é a revisão do anexo do Decreto nº 5.010/2006, que trata das seguintes questões: em nível municipal, solicitou-se suprimir a coluna de enquadramento, usos e parâmetros, porque apresentavam, entre outras coisas, índices de taxas de ocupação (mencionou que esse ponto foi muito rechaçado em todas as reuniões), e foi definido que isso pertence aos Planos Diretores; o zoneamento em escala regional serão somente diretrizes, não se pode criar normas rígidas nos Municípios; com relação ao Zoneamento Marítimo, vão ser concluídas as definições da Zona de Manejo Marinho e a compatibilização do Zoneamento Ecológico-Econômico com os Planos Diretores Municipais. Ainda, mencionou a participação e integração com os órgãos públicos; revelou que o Ministério Público Federal controla se as reuniões de trabalho são reais, se há participação de outros órgãos; contou que o grupo de trabalho, com a participação do coordenador do Gerco Federal, fez uma apresentação ao Ministério do Meio Ambiente; e lembrou que a primeira reunião que tiveram com o Ministério da Pesca e Aquicultura foi muito difícil, mas disse que agora estão se entendendo. Avaliou que o Programa Gerco tem boa saúde, pois existe há vinte anos, informando que o Ministério do Meio Ambiente tem o Programa de Gerenciamento Costeiro junto com o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico que é trabalhado no Estado de Santa Catarina. Por fim, deu conhecimento de que nos dias 1º e 2 de junho participaram, como coordenadores do Gerco em Santa Catarina, de uma reunião de consulta nacional e estadual sobre o Projeto Atlasul - Projeto Regional de Gestão Integrada de Zonas Costeiras do Atlântico Sul Ocidental - frente às mudanças climáticas; disse que este projeto é fomentado pela Unesco, com integração entre Brasil, Uruguai e Argentina, e vai de Cabo Frio ao sul da Argentina; e falou que a sua meta, como técnico de planejamento do Estado, é consolidar o Plano de forma contínua, sequencial e sistêmica. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, convidou para participar da mesa o Deputado Estadual Décio Góes e concedeu a palavra ao senhor Raul Zucatto, presidente do Crea/SC, que cumprimentou todos, comentou a sua satisfação por estar ali, agradeceu pelo convite e lembrou que esse assunto foi por demais discutido em 2003, 2004 e 2005, avaliando que a sua regulamentação é fundamental. Considerou que o Estado de Santa Catarina viveu e vive alguns problemas naturais um pouco adversos, como o gerenciamento costeiro que precisa ser tratado com profissionalismo e com urgência. Afirmou que o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia tem papel institucional como autarquia pública de fiscalização do exercício das profissões, mas também tem o compromisso com o desenvolvimento, com a preservação dos recursos naturais, com as políticas que venham preservar e salvaguardar as encostas, dizendo que estava representando os profissionais de todas as áreas técnicas e avaliando que pouco ou quase nada

pode acontecer de desenvolvimento, de progresso sustentável e harmônico sem a participação efetiva dos engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, meteorologistas e dos técnicos dessas áreas que integram o Conselho. Dito isso, colocou essas categorias, que têm responsabilidade muito grande e compromisso social em seus Municípios, em suas regiões, à disposição para colaborar e ajudarem [nesse assunto]. Disse que entende que a descentralização (usou esse termo porque achou o mais adequado), para analisar as questões regionais dos Municípios, é de suma importância, e considerou que a lei deu o dispositivo legal para, por exemplo, Laguna, Imaruí e outros Municípios do Estado e outras regiões costeiras, opinando que ainda vão caminhar muito nesse sentido. Reforçou que trouxe o compromisso do Crea, através das suas unidades regionais, dos seus profissionais, para contribuir, para ser parceiro, de forma harmônica, aberta, democrática, participativa, a fim de que possam caminhar nessa linha, para que a sociedade catarinense tenha um pouco mais de tranquilidade, considerando que há questões ambientais, hídricas, de saneamento, que há os Planos Diretores - não são urbanos, são dos Municípios - que precisam avaliar e integrar todas essas questões. Em seguida, lembrou que há questões que não foram citadas, como urbanização, ocupação do solo, uso do subsolo, parcelamento, que de alguma forma estão incluídas nesse processo que precisa avançar e que são inerentes e intrínsecas a ele, avaliando que, desde 2005 até agora, já se passaram cinco anos, o que é muito tempo para regulamentar a lei, mas afirmando que antes tarde do que deixar parado. Finalizando, disse que era importante ouvir aqueles que vieram de todas as regiões e agradeceu pela oportunidade. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Rolando Nunes Córdova, engenheiro sanitário, representando o presidente da Fecam, senhor Saulo Sperotto, que disse que o planejamento, principalmente quando realizado pela União e o Estado, cai numa escala bastante complexa de se trabalhar, pois não se consegue trabalhar a particularidade do local, e lembrou que há diversas políticas, como a de recursos hídricos, que remete à elaboração de planos de bacias hidrográficas, e que também há o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que remete à elaboração dos planos estaduais, dizendo que ambos estão numa escala muito ampla e que, por definição legal, devem se restringir a diretrizes, que nada mais são do que normas gerais. Isso posto, considerou que aí surge o primeiro desafio de até onde a norma geral fere as especificidades locais e as competências do Município, assim como o Estado, que às vezes se vê diante da mesma situação frente a normas gerais aplicadas pela União. Afirmou que esse desafio torna o trabalho muito mais difícil para os técnicos que desenvolvem o planejamento e às vezes, em consequência disso, requer um tempo bastante significativo para a sua elaboração, complementando que passados cinco anos o plano ainda não está concluído e que o decreto, que de certa forma não foi aplicado, já estava carecendo de revisão. Avaliou que são necessários trabalhos de qualidade, não só do ponto de vista técnico, mas que sejam efetivos, e para isso há necessidade de a sociedade como um todo, particularmente a local, e o Município, participarem. A seguir, propôs que sejam realizadas mais audiências públicas nos Municípios, a exemplo da audiência de hoje no âmbito do Estado e da região costeira, para ampliar e facilitar a participação dos demais segmentos da sociedade civil e organizada e do Poder Público local. Ainda com relação à questão do planejamento, disse que as diretrizes que são colocadas nos planos de bacias hidrográficas e, agora, nos Planos de Gerenciamento Costeiro, só se efetivam a partir do momento que o Município as incorpora na sua legislação, não só no possível Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, mas principalmente nos seus Planos Diretores, e complementou dizendo que também se efetive sua aplicação no campo, dentro da sua rotina administrativa. Reconheceu que há muitos passos a serem desenvolvidos e disse acreditar que o processo de debate também deve ser descentralizado nos Municípios, para que a sociedade local possa se atentar nas suas particularidades e nos planejadores, a fim de que se possa ter clareza em até que nível essas diretrizes dos planos, no caso específico do gerenciamento costeiro, sejam gerais e possam permitir de forma segura que o Município possa se desenvolver

e adequar a sua legislação ao que está sendo proposto nessas diretrizes do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Continuando, destacou que tem que existir recursos para que o Município possa, dentro de suas políticas públicas do próprio Estado, elaborar seus planos, sejam esses municipais de gerenciamento costeiro, sejam planos diretores, que é onde acontece a aplicação de todas as diretrizes que são colocadas. Enfim, disse que é preciso ver o sistema como um todo, tanto em nível dos conselhos estaduais como dos conselhos municipais, pois quem trabalha na administração sabe que a questão do Plano prescinde da necessidade de uma revisão periódica, e lembrou que isso ficou muito claro na explanação do senhor Jorge Rebollo quando este falou sobre a necessidade de revisão do decreto. Isso posto, considerou que o processo de planejamento seja efetivamente contínuo e que sejam seguidas as normas de tecnicidade e de revisão, mas observou que isso só poderá ser feito se existir sistemas de informações que permitam ao longo de um período, de quatro ou cinco anos, ter base de dados e monitoramento contínuo, a fim de que esses planos possam ser adequados e otimizados, dentro da experiência que foi vivenciada por cada Município. Finalizando, disse que a Fecam é parceira dos projetos com discussão em âmbito estadual; informou que participaram de diversos conselhos, como o Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Conselho Estadual de Saneamento, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; afirmou estarem juntos com os Municípios no fórum para poderem discutir o Plano e contribuir com ele; e pediu para olharem para a parte tão sensível do Município que é a região costeira, que por ser sensível possui diferenciações. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Alaor Francisco Tissot, presidente da Facisc, que informou que também estava representando o Conselho de Federações Empresariais de Santa Catarina (Cofem) em razão de os outros presidentes estarem viajando ou em outras atividades e, em seguida, disse que são parceiros, contando que faz parte do Gerco e que tem acompanhado o trabalho de perto e endossando as palavras do senhor Zucatto, que acha que está tudo muito demorado. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.] Mostrando-se preocupado com a colocação do representante da Fecam, que pediu mais quatro anos ou cinco anos, falou que esperava que os cinco anos fossem para o acompanhamento, mas com o projeto de gerenciamento já aprovado, ao que o senhor Rolando Nunes Córdova, representante do presidente da Fecam, esclareceu que foi um mal entendido, afirmando que a Fecam quer agilidade no processo, mas se preocupa para que não haja falhas no projeto. O senhor Alaor Francisco Tissot agradeceu pelo esclarecimento e afirmou que outra preocupação que surge são os Planos Diretores dos Municípios, pois a escassez de recursos tem sido um problema sério, lembrando que todos têm culpado o Governo Federal pelo valor ínfimo do repasse de recursos. Prosseguindo, o senhor Presidente passou a palavra ao Capitão de Corveta José Antônio Gomes da Silva, representando o Capitão dos Portos de Santa Catarina, que, em nome da Marinha do Brasil e da Capitania dos Portos, esclareceu que seu papel era em relação ao salvaguardo da vida humana no mar, à segurança da navegação e à prevenção da poluição, e que para isso a Marinha elabora normas e pareceres sobre obras realizadas nas margens das águas brasileiras. Citou que foi convidado para participar das reuniões técnicas de elaboração das zonas marítimas, tendo participado de todas as oficinas, lembrando que o seu papel é assegurar o uso harmônico do espaço marítimo, garantindo que este espaço seja democrático a todos, não podendo haver incompatibilidade de atividades. Encerrando, afirmou que há preocupação em relação ao zoneamento da parte marítima no que diz respeito à maricultura, que não foi definida ainda, faltando apenas o parecer final sobre essa questão, para que se evitem futuros conflitos e questionamentos, lembrando que essa é atualmente a maior preocupação da autoridade marítima em relação ao projeto de gerenciamento costeiro. Em seguida, o senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Estadual Edison Andrino, que registrou ter participado de várias reuniões a respeito do tema gerenciamento costeiro, dizendo que a Lei do Gerenciamento Costeiro foi muito genérica, não amarrando nada, e afirmando que a sua preocupação era com o aspecto legal. Disse que não se pode trabalhar a questão do gerencia-

mento costeiro por parte do Estado se não houver um trabalho paralelo aos Planos Diretores das Prefeituras, pois entende que quem tem competência para tratar as questões relativas ao gerenciamento costeiro são os Municípios e as Câmaras Municipais. Anteviu que, se isso não ocorrer, irá haver demandas judiciais no futuro, pedindo que isso seja revisto e decidido logo, pois há pressa para que haja a resolução deste assunto. Finalizando, mostrou-se preocupado com o grande número de unidades de conservação, que amarram toda e qualquer autonomia dos Municípios em termos de planejamento e desenvolvimento econômico. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, lembrou que a proposta da audiência pública e a grande apreensão das lideranças que pediram a reunião é a preocupação com relação aos prazos estabelecidos, porque a empresa contratada e o Governo pretendiam publicar o decreto nos dias subseqüentes e havia o risco de ele ser novamente revisado depois da publicação, dizendo que o decreto, que não havia produzido muito efeito, estava sendo revisado e que ainda faltava discussão mais ampliada sobre determinadas questões. Afirmou que acreditava que existiam instrumentos de sobra para operacionalizar os trabalhos, faltando apenas a vontade política para fazer tudo acontecer. Disse que a audiência caminharia na direção de contemplar aquilo que já estava debatido ou estava em fase de discussão e aprovação do Plano Diretor de cada Município. Isso posto, passou a palavra ao Deputado Estadual Décio Góes, que registrou que o tema é de grande relevância e que na sua opinião, se há problemas relativos à instalação de estaleiro, marina e outros empreendimentos é justamente por não existir o Plano de Gerenciamento Costeiro em Santa Catarina, dizendo que não é dito aos setores produtivos e de investimentos exatamente o que o Governo quer do litoral, quais os limites, as potencialidades e as compensações. Lembrou que Estados como São Paulo e Rio de Janeiro possuem Plano de Gerenciamento Costeiro e que por isso os investimentos vão, muitas vezes, para esses Estados. Propôs que haja uma identidade do litoral catarinense, criando uma linha geral do Estado em relação ao tema, tendo o cuidado de observar as características particulares de cada região e de cada Município. Continuando, explanou que acompanhou algumas reuniões do Plano de Gerenciamento Costeiro e comentou que, tecnicamente, achou fraca a empresa, dizendo que faltaram dados e que houve demora no processo, afirmando que isso está atrasando o desenvolvimento de Santa Catarina e que o litoral catarinense, que é a galinha dos ovos de ouro do Estado, devia ser melhor aproveitado. Disse que faltou competência técnica à empresa Hardt Engemin, que ganhou a licitação para fazer os Planos Diretores dos Municípios do sul do Estado, e que também faltou metodologia de participação popular, afirmando que muitas vezes os técnicos têm medo da participação popular e que eles precisam encarar isso. Segundo Góes, a falta de um plano deu margem ao Ministério Público Federal para fazer um estudo, feito no sul, e sobre este estudo está julgando as ações e os procedimentos. Frisou que está faltando uma articulação entre os Planos Diretores e o Plano de Gerenciamento Costeiro, que parece óbvia mas não acontece. Lembrou do Zoneamento Econômico-Ecológico, que é outro ponto no qual o Estado não consegue evoluir, pois não se consegue dizer onde estão as potencialidades econômicas e o que deve ser preservado, afirmando que a natureza é o maior cartão postal de Santa Catarina e que esta deve ser preservada. Por fim, disse que está faltando atitude da Secretaria do Planejamento, parabenizando as pessoas que haviam solicitado a audiência pública, porque todos devem fiscalizar e cobrar as atitudes do Estado. Neste momento o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, passou para as manifestações do público presente, dando a palavra ao senhor Alexandre Mazzer, da Ambiens Consultoria Ambiental, que disse que não falaria somente como prestador de serviços, mas como cidadão, lembrando que já havia participado de inúmeras reuniões e audiências públicas sobre o Plano de Gerenciamento Costeiro em 2004 e 2005. Primeiramente, completou o contexto histórico relativo ao tema comentando que um projeto de lei de 1998, que acabou sendo retirado em 2002 e resgatado em 2005, veio de uma consultoria realizada com recurso público, que passou por quatro audiências públicas e que um dia antes da sua

aprovação foi suprimido por um substitutivo global, inclusive com a supressão das contribuições obtidas na audiência pública realizada na Alesc. Afirmou que é um equívoco quando algumas pessoas dizem que não há regulamentação, pois o Estado fez a sua própria regulamentação há alguns anos, dizendo que em julho de 2005 foi aprovada a lei que estava sendo discutida naquele momento e que em julho de 2006 foi aprovada a sua regulamentação, registrando que estão tentando implementar a regulamentação há quatro anos, mas que as muitas dificuldades que ocorrem têm trazido demora ao processo. Concluiu que havia muito antagonismo nos discursos proferidos na audiência, pois muitos cobram celeridade no processo mas os Legisladores não adéquam a legislação, como a do Plano Diretor dos Municípios, o que tem dificultado a implementação do Plano. Finalizando, elogiou as palavras do Deputado Estadual Décio Góes, comentando que o Parlamentar estava inteirado sobre o tema, e confessou que existiam falhas no Plano de Gerenciamento Costeiro e que, por conta disso, esperava por contribuições de todos para que o Plano fosse aperfeiçoado até atender, da melhor maneira possível, os anseios dos interessados. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Jucinei de Souza, Vereador do Município de Paulo Lopes, que afirmou que está sendo discutido na Câmara de Vereadores o Plano Diretor e em que foram encontrados dezesseis pontos críticos que devem ser discutidos, atentando para o fato de que a mesma foto apresentada no Plano Diretor estava sendo apresentada no Plano de Gerenciamento Costeiro. Registrando a preocupação do pessoal de Paulo Lopes perguntou por que existem pontos críticos dentro do Plano Diretor e no Plano de Gerenciamento Costeiro isso não foi observado. Ainda, comentou que a Câmara de Vereadores de Paulo Lopes não foi convidada para a reunião realizada em Garopaba, tampouco a Cooperativa de Energia Rural de Paulo Lopes. Concluiu citando que Paulo Lopes está ficando à mercê do destino e isso está deixando todos preocupados. Continuando a audiência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor João Alberto Bonamigo, Prefeito do Município de Balneário Gaivota, que confessou que estava assustado, pois ele e a Prefeita de Passo de Torres, senhora Marlene Dutra Vidor, levaram um susto quando viram os mapas divulgados na Internet. Disse que fez um cálculo considerando a questão do Estado, explanando a informação de que o Município de Balneário Gaivota tem quase 40% do seu território definido como área de preservação permanente. Segundo Bonamigo, isso inviabiliza, fecha o Município, sendo uma irresponsabilidade a divulgação, neste momento, desse mapa, pois está impactando tudo, como negócios, compra e venda, valor dos imóveis, afirmando que a área há muito tempo já tem destinações variadas, como empresariais, na agricultura, no reflorestamento, e que de repente, numa pincelada, tudo virou área de preservação permanente. Registrou que estava profundamente triste com o Plano, louvou a iniciativa da promoção da audiência pública e afirmou que as palavras do Deputado Estadual Edison Andrino eram apropriadas, pois os pequenos Municípios estavam com tantos planos, mas sem orçamento e sem salários, e que, portanto, não poderiam ter um corpo técnico adequado. Confessou que, enquanto Prefeito, está se matando de trabalhar, fazendo múltiplas funções, pois não tem condições de contratar os novos funcionários necessários. Continuando, disse que, a respeito do Plano de Gerenciamento Costeiro, tem tido apenas algumas notícias, desconhecendo exatamente o que é pretendido, o que o Plano quer, até onde ele vai, qual o nível de submissão dos Municípios e o que isso vai implicar e exigir. Afirmou que, se há críticas ao Plano Diretor, há muitas mais em relação ao Gerenciamento Costeiro, lembrou que não há comunicação nem interatividade alguma com os Municípios e que assim fica muito ruim. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo dos Santos Delvalhas.] Registrou que há muitos empresários ligando para ele, procurando-o para manifestar apreensão e que de duas semanas para cá isso virou um filme de terror para os Municípios costeiros. Disse que, salvo exceções, os Municípios litorâneos estão na condição de párias da Pátria, exemplificando que o seu Município é obrigado a manter uma área urbana para 45 mil, 50 mil habitantes, que é a população no veraneio, sendo que a população fixa é de oito mil e poucos habitantes, e o FPM - Fundo de Participação dos Municípios -

desse 45 mil não vem para a cidade, nem mesmo proporcionalmente aos meses em que eles estão lá. Encerrando, reclamou do pouco tempo dado para externar sua fala e que não pode haver pressão na implementação do processo, a exemplo da pressão com que fazem as audiências públicas, que mais parecem, segundo ele, imposições do Gerenciamento Costeiro do que discussões. Em seguida, o senhor presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, agradeceu ao Prefeito de Gaivotas pela manifestação e disse que ele está coberto de razão, afirmando que conhece a realidade do Município e sabe do impacto que a divulgação do mapa causou na cidade. Posto isso, convidou o Deputado Estadual Silvío Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, para fazer parte da mesa e passou a palavra ao senhor Fábio Marin Melo, engenheiro e representante da Associação de Moradores Abrangidos pelo Mosaico (Amam), que, depois de cumprimentar os presentes, destacou que o tema é de enorme complexidade para o Estado e que a celeridade é importante, mas que não se pode deixar coisas para trás em função da pressão, enaltecendo que é preciso aprofundar a discussão, pois a regra do jogo não está clara. Falou que o próprio Decreto nº 5.010, que regulamentou a lei que vai propiciar o Zoneamento Ecológico-Econômico, precisa de uma revisão, ainda não discutida, já que apresenta alguns problemas, como a interferência no planejamento urbano, a discussão de gabaritos, de índices de aproveitamento e de taxas de ocupação, que são de competência do Município. Ponderou que, se se está discutindo planejamento físico-territorial macro, não se pode trabalhar em uma escala de um para cinquenta mil e querer discutir parcelamento de solo ou taxa de ocupação, porque isso é incongruente. Ainda, questionou, se se está discutindo o Plano Diretor de Municípios que já são atravessados pelas BRs no momento, por que se vai atravessar as coisas, lembrando que alguns Municípios estão há dois anos, três anos trabalhando nisso e que é necessário fazer uma conciliação. Outro ponto levantado pelo senhor Fábio é que o problema, ele acredita, não é da licitação ou da capacitação técnica da empresa, já que ele conhece os técnicos, considerando-os muito bons, e que acredita, isto sim, que o problema esteja na maneira como o trabalho está sendo feito. Citou que a licitação foi de montante baixo, foi feita com dados secundários, apontando como exemplo o Município de Garopaba, cujo perímetro urbano é de 1986, e Paulo Lopes e Penha quase não existem no Zoneamento Ecológico-Econômico como áreas urbanas, e significa quase 50% do Município, e frisou que se está fazendo um planejamento com base em dados desatualizados, com base no passado, dizendo que o que existe hoje, na verdade, é um mapeamento apenas de uso, desatualizado, já que são usados dados secundários e o que está na legislação atual, além de se estar colocando as restrições ambientais em cima. Continuando, fez menção à fala do Deputado Estadual Décio Góes a respeito do estaleiro, dizendo que a situação não estará resolvida com esse tipo de Plano pois não se está planejando. Questionou, ainda, onde estão sendo colocadas as áreas vocacionais e quais serão as áreas com prioridades de implantação, destacando que isso não existe no Zoneamento Ecológico-Econômico, assim como não existe a expansão de áreas urbanas, de áreas industriais e de área retroportuária, no caso de Imbituba. Citou também a Praia do Silveira, onde para lá da faixa marítima é proibido o uso recreativo, sendo que é um dos poucos pontos de surfe conhecidos mundialmente. Diante disso, afirmou que nessas discussões marítimas os Municípios não estão sendo envolvidos e que eles têm preferência pelo uso recreacional dessas áreas. Por fim, considerou esta audiência pública de urgência impar, dizendo que é preciso ampliar a discussão, pois na sua opinião a empresa está bem intencionada e o senhor Jorge tem se esforçado, mas avaliando é preciso dar condições para esse trabalho ser bem feito, senão será uma camisa de força enorme para o Estado. Na sequência, o senhor presidente concedeu a palavra à Vereadora Marize Menezes Wheeler, do Município de Paulo Lopes, que iniciou seu pronunciamento parabenizando a fala do Prefeito de Gaivotas e afirmando que gostaria de fazer dela as palavras proferidas por ele. Fez menção à Lei nº 13.553/2005, referida pelo senhor Jorge, dizendo que a lei se refere à qualidade de vida, à participação da comunidade e ao desenvolvimento de atividades, mas que o

seu Município está quase 80% dentro de Área de Preservação Permanente Restrita. Questionou que tipo de atividade será possível desenvolver em Paulo Lopes, pois o Zoneamento Ecológico-Econômico proposto pelos técnicos não é econômico para a cidade, afirmando que os empresários de lá estão todos apavorados e que Penha, como já dito pelo senhor Fábio, foi retirada do próprio Município, pois não existe, para ela, a possibilidade de crescimento e de desenvolvimento. Outra questão levantada pela Vereadora foi em relação à preservação do meio ambiente, pois o tema da sustentabilidade vem junto à questão social e à justiça social, dizendo que não adianta preservar e não dar oportunidade para o povo ganhar, trabalhar em cima da terra. Lamentou não ter nenhum representante da Prefeitura para brigar pelo Município e contou que as pessoas de Paulo Lopes que estão presentes foram por ela convidadas, uma vez que considera grave a situação do Município. Como encaminhamento da audiência, pediu que se freie o Plano de Gerenciamento Costeiro. Afirmou que o Plano Diretor de seu Município está em tramitação e que desconhece qualquer reunião que tenha sido realizada sobre o Gerenciamento Costeiro, assim como a Câmara de Vereadores nunca soube de reuniões sobre o assunto. Por último, manifestou que tudo que vem de cima para baixo gera esse tipo de situação e que o País precisa entender que as coisas têm que vir de baixo para cima. Ato contínuo, o senhor presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, agradeceu à Vereadora por ter ajudado a provocar este encontro dizendo que ela teve grande participação, a exemplo de outros Vereadores, como os senhores Jucélio e Renato. Em seguida, disponibilizou a palavra para o senhor Luís Alberto Cadenas, representando a empresa Realis, de Florianópolis, que inicialmente parabenizou [a Alesc] pela realização da audiência pública e falou que também é engenheiro e que tem mais de trinta anos de experiência em planejamento e em desenvolvimento e que ninguém mais que a classe empresarial quer poder empreender e desenvolver, mas que hoje a insegurança jurídica é um impedimento para isso, já que são leis e portarias que não chegam à conclusão alguma. Desse modo, disse que o Estado tem o Ministério Público Estadual, profissionais e toda uma estrutura para desenvolver o trabalho de acompanhamento, mas que é preciso autonomia e decisão, porque as críticas manifestadas hoje relatam que é um trabalho que tem que ser colhido e concluído com orçamento baixo. Contou que passou os quatro últimos anos discutindo o Plano Diretor de Governador Celso Ramos, tendo participado de mais de quarenta reuniões e que, antes disso, juntamente com outros empresários, realizou um trabalho para dar ao Município condições técnicas e informações para desenvolver o Plano, mas que nem sempre elas são utilizadas. Disse que achou que a mesma coisa está acontecendo com relação à apresentação aqui visualizada, considerando que são informações ultrapassadas que precisam ser atualizadas e que faltam informações. Por isso, enfatizou que é preciso que o governo encare esse trabalho sobre o Gerenciamento Costeiro como fundamental, como um dos objetivos mais importantes para o Estado, porque está travando todo o desenvolvimento. A seguir, discordou do que disse o senhor Jorge a respeito de que o Gerenciamento Costeiro é um documento de gestão ambiental, pois, segundo ele, o Gerenciamento Costeiro é uma ferramenta, juntamente com o Plano Diretor e com o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, porque senão ocorre o que está acontecendo, ou seja, há Municípios engessados em 80%, não significando que os outros 20% possam ser utilizados totalmente, pois também têm questões ambientais a serem consideradas, dizendo que em Florianópolis acontece a mesma coisa, já que 75% do Município foi carimbado como sendo de preservação e os outros 25% também são de preservação. Fez uma analogia segundo a qual todos são doentes que precisam de uma injeção que está sendo pesquisada; que essa injeção, enfim, é desenvolvida e todos estão felizes por recebê-la, mas ela é aplicada a injeção errada. Então, concluiu registrando que ninguém quer essa injeção, que todos querem celeridade e, sobretudo, seriedade e competência para que o trabalho seja bem feito. Prosseguindo, o senhor presidente passou a palavra ao Vereador Jucélio de Souza Clementino, do Município de Garopaba, que cumprimentou todos e registrou a presença da senhora Renata Domingos Nunes, representante da Prefeitura de Imbituba, onde há grande problema com relação ao porto.

Falou que por quatro anos visitou as comunidades de Garopaba para convencê-las de que era preciso elaborar o Plano Diretor, mas que para isso seria preciso abrir mãos de algumas coisas, afirmando que hoje o Plano Diretor de Garopaba está concluído e pronto para ser votado na Câmara, mas que agora tudo que tinha sido mapeado e que era possível ser executado parece que será engessado. Citando que o Município tem a APA da Baleia Franca, o Parque da Serra do Tabuleiro e que querem a instalação de Resex - Reserva Extrativista -, disse que é preciso parar de falar o que não dá para fazer e falar o que se pode fazer e como se deve fazer. Comunicou que a Câmara Municipal de Garopaba quer entregar um documento assinado por todos os Vereadores do Município, de todos os Partidos, pedindo tempo e pedindo para que o zoneamento do Município de Garopaba seja incluído no Gerenciamento Costeiro. A respeito de uma ligação feita no dia anterior para a Secretaria, disse que o funcionário que atendeu ao telefonema falou que esta audiência pública teria sido convocada pela Oposição, quando há vários Deputados presentes aqui defendendo interesses [de todos os] Municípios. Encerrando, disse que, se as coisas continuarem como estão, ele não irá mais querer a missão de Vereador, porque não é fácil justificar à comunidade o que querem fazer com o Município e com o Estado de Santa Catarina. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, falou ao Vereador Jucélio que a Comissão acolhe o encaminhamento dele, considerando-o um encaminhamento suprapartidário. Quanto à ligação telefônica mencionada pelo Vereador, disse que é preciso que a Comissão se informe, juntamente com o Secretário, para saber qual a graduação do funcionário e qual o seu grau de responsabilidade para ter feito uma declaração tão inoportuna e infeliz. Falou que esta Casa tem funções previstas na Constituição e que está cumprindo o seu papel, acrescentando que todos sabem que ele é de Oposição, mas que tem consciência de suas responsabilidades enquanto Parlamentar. Ademais, falou que é autor da lei, que está debatendo essa matéria há mais de oito anos e que não é esse tipo de recado que irá intimidá-lo ou desqualificar o trabalho da Comissão da Alesec, já que o propósito é justamente permitir manifestações como as dos Vereadores e a do senhor Bonamigo, que externaram preocupações com as quais ele próprio comunga. Por fim, pediu ao Presidente da Comissão, Deputado Estadual Sílvio Dreveck, que se reporte ao Secretário de Estado para que esclareça a questão, porque o seu discurso político enquanto Oposição ele faz na tribuna da Alesec e que não mistura as suas atividades parlamentares com a condição de Oposição ou de Situação. Ato contínuo, o presidente passou a palavra ao senhor Ricardo Lino da Silva, arquiteto da Prefeitura de Içara, que falou que trabalha com planejamento urbano e acompanha o Plano de Gerenciamento Costeiro desde 1987, considerando-o um problema que vai e volta. Disse que ali na reunião foi muito comentada a necessidade do casamento do Plano Diretor com o Plano do Gerenciamento Costeiro, julgando isso como sua grande preocupação, porque a empresa contratada pela Codesc tem prazo de entrega dos Planos Diretores para os próximos dias e que Içara conseguiu, depois de muita discussão, que a aprovação final fosse adiada por 75 dias. Por isso, indagou ao senhor Jorge como seria possível o referido casamento se os Planos Diretores já estão sendo aprovados. Em seguida, disse que gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma denúncia sobre como estão sendo elaborados esses Planos Diretores, falando que o Crea, a Alesec, o Ministério Público e os Municípios envolvidos impactados pela BR-101, que coincidentemente são os mesmos do Gerenciamento Costeiro, devem verificar a forma como estão sendo feitos os Planos Diretores e complementando que eles estão sendo feitos a distância, sem participação da população, salvo Garopaba, pelo que escutou há pouco. Disse que as Prefeituras, de modo geral, querem resolver o problema dos Planos Diretores e pronto, mas que é preciso procurar os formadores de opinião e as pessoas do povo para saber se eles participaram ou não da discussão, considerando o problema grave que trará sérias consequências, além de se continuar com problemas jurídicos quanto à ocupação do litoral. Para encerrar, afirmou que é, sim, a favor da preservação, pois, além de ser arquiteto urbanista, representa uma fundação de meio ambiente, mas que essa preservação tem que ser sustentável. Continuando a audiência

pública, o senhor presidente concedeu a palavra ao senhor João Guilherme Wegner da Cunha, geólogo, que fez uso da palavra dizendo que o Deputado Joares é velho parceiro do Gerenciamento Costeiro e que, na condição de quem tem atribuição no Conselho Estadual do Meio Ambiente e preside a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, ele não poderia estar ausente da participação desta discussão, considerando a desinformação uma preocupação que paira em todo o processo. Falou ter visto alguns Vereadores e Prefeitos acudados, de certa forma, com a possibilidade de, a partir da entrega desses documentos, haver regulamentação do decreto que existe, mas que isso é um equívoco muito grande. Explicou que todo o procedimento, após a entrega por parte da empresa contratada, será remetido ao Conselho Estadual do Meio Ambiente e que se tomará o cuidado de enviar os convites por ARs, para se ter certeza que as pessoas serão convidadas a participar. Informou que o artigo 31 do Decreto nº 5.010 deixa claro que cabe ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, através da sua Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, fazer a fiscalização da implantação dos instrumentos desse programa, o que, segundo ele, acontecerá porque o decreto não vai ser rasgado, apesar de extremamente falho e submisso. Ainda explicou que as disposições originárias desses trabalhos que todos puderam participar, com certeza, irão ao Conselho Estadual do Meio Ambiente para receber alguma contribuição, e todos serão convidados. A seguir, falou que, nos moldes de 2004, gostaria de solicitar ao Deputado Joares que seja encaminhada uma audiência em cada setor envolvido daqui para frente, apesar de a Casa estar passando por modificações face ao momento político, dizendo que tem certeza que a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro será parceira na convocação dessas novas audiências públicas. Ao final, disse que o País aguarda desde 1988 a regulamentação do Decreto nº 23 da Constituição [sic] e que, se já tivesse sido feita a regulamentação, uma série de problemas, como a atribuição de competência, já teria sido resolvida em nível municipal e de Plano Diretor. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, agradeceu ao senhor João Guilherme pela participação e disse-lhe que quando se iniciou essa discussão, há quase uma década, ele [João Guilherme] ocupava um cargo no governo e sabe que essa questão vem sendo tratada com muita responsabilidade, sem nenhum objetivo escuso, como lamentavelmente insinuou um funcionário da Secretaria. Dando continuidade, passou a palavra à Prefeita Marlene Dutra Vidor, do Município de Passo de Torres, que agradeceu pela oportunidade e disse que não se pode esperar agora e depois querer operar mudanças. Em relação ao decreto, falou que ele pode estar pronto e consolidado, mas que ela não o aceita dessa forma e quer que as mudanças sejam feitas de maneira operacionalizada e que a sociedade possa opinar e definir por elas agora, não depois. Enalteceu as considerações feitas pelo Prefeito Bonamigo dizendo que gostaria de ratificá-las integralmente e falando que sente acuada, sofrendo todos os dias a pressão da sociedade, pois o Município vive do mar, da praia, além de ter áreas sendo totalmente inviabilizadas, e isso ela não aceita. Explicou que em áreas não consolidadas ela não é contrária, pois é a natureza que atrai os veranistas, os visitantes, acrescentando que todos terão que fechar as portas dos Municípios porque não terão o que fazer se as coisas continuarem como estão. Informou que o Plano Diretor está em fase final de elaboração, que os munícipes estão participando, assim como os loteadores e investidores, mas que ao visualizar o mapa que foi mostrado na audiência pública sentiu-se deprimida. Por fim, falou que só não saiu da sala porque confia nos integrantes da mesa e, nesse sentido, pediu auxílio para que os Municípios possam continuar evoluindo e para que, enquanto gestora, ela possa fazer alguma coisa. [Taquígrafa-Revisora Sibelli D'Agostini.] A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Ernesto São Thiago, representando a Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins (Acatmar) e a Associação Brasileira de Terminais de Cruzeiros Marítimos (Brasilcruise), que explicou que a Acatmar é uma entidade que surgiu há um ano e oito meses, com incentivo de 12 empresários do setor náutico, e hoje já congrega 120 empresários do setor náutico em Santa Catarina, além de estar à frente de diversas iniciativas que buscam o desenvolvimento do nosso litoral para o turismo e a

indústria náutica. Observou que o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro que vem sendo desenvolvido apresenta ao público o diagnóstico de uma situação que não foi criada, mas que existe em decorrência dos decretos que criaram as unidades de conservação, afirmando que as limitações que ocorrem nos Municípios dependem de leis que surgiram através de decretos federais impostos goela abaixo nas comunidades locais, sem passar por discussão popular e pelo Legislativo. Disse que o grande questionamento que tem que se fazer com relação a essas restrições em todos os Municípios catarinenses é de revisão dessas unidades de conservação e de adequação da legislação aos interesses locais, porque está havendo um atropelamento de tudo aquilo que cada comunidade deseja para o desenvolvimento do seu Município. Registrou que existem diversos planos em andamento, exemplificando que recentemente a Secretaria Especial dos Portos firmou convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, com recursos do Porto de Rotterdam na ordem de US\$ 30 milhões, se não está enganado, para o desenvolvimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Portuário. Registrou que todos sabem das grandes limitações que ocorrem no litoral catarinense quanto ao desenvolvimento portuário e ao turismo náutico pela apropriação, na água, em função da maricultura e, por terra, em função de ocupações irregulares, de falta de fiscalização e de falta de planejamento urbano. Ainda, informou que a Acatmar integrou o Gerco como representante do setor de portos e navegação. Continuando, manifestou a sua preocupação, em apoio ao que a Marinha colocou, porque tem uma situação de fraude que a Marinha não coloca de forma mais incisiva. Por isso, solicitou que imaginassem que na audiência pública tivessem determinadas conclusões por consenso e depois, num toque de mágica, fossem modificadas à revelia do que foi decidido. Explicou que nas audiências públicas dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura foram definidas as áreas preferenciais, que seriam as grandes áreas em que as comunidades tradicionais locais de pescadores teriam preferência em relação ao pessoal de fora para implantar a maricultura, ressaltando que dentro dessas áreas preferenciais foram criados os parques aquícolas em áreas pequenas e foi definida a criação de mariscos, ostras, enfim. Salientou que essa é a fraude e que as áreas preferenciais desapareceram de repente como parques aquícolas, que voltam em cessão de uso e domínio total sobre o espelho d'água e em total conflito com a liberdade de navegação, ou seja, o sagrado direito do pescador de navegar com o seu barco quando quiser dentro de um espelho d'água, apelando para que a Assembleia faça as devidas investigações. Registrou que o grande embate que está acontecendo em nível federal, sem vazar para a grande mídia, são os interesses da comunidade náutica *versus* os interesses dos criadores de mariscos, ostras, enfim. Registrou que o Deinfra vai iniciar estudos para implantação de terminal de cruzeiros na Baía Norte com recursos federais, na ordem de R\$ 1,5 milhão, e mais a contrapartida do Estado, com R\$ 375 mil. Assegurou que esses estudos que vão ser realizados precisam ser compatibilizados com o Gerenciamento Costeiro, porque não faz sentido gastar tanto dinheiro para realizar esses estudos sem incluir o Gerenciamento Costeiro. Encerrando, disse que é preciso uma comunicação entre a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Infraestrutura para haver essa troca de informações. Prosseguindo com a audiência pública, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Renato Sehn, representante da Prefeitura de Paulo Lopes, que registrou que está representando o Prefeito de Paulo Lopes nas reuniões do Gerco para levar-lhe as informações. Comentou que foi convidado pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) para uma reunião sobre gerenciamento costeiro no Município de Laguna e que ficou impressionado porque lá não havia quase ninguém para discutir um problema tão grande que será enfrentado no futuro, se isso não for bem encaminhado, afirmando que não se referia à qualidade dos técnicos. Falou que houve uma revigoração desse assunto por parte dos Municípios que pode ter sido ocasionada por aquela reunião, porque houve manifestação do pessoal que fazia essas audiências diante da falta de participação, e, por outro lado, registrou a forma de divulgação utilizada. Assegurou que há muita gente nesta audiência pública porque foi reconhecido que havia problema, afinal todos estavam achando que alguém estava buscando

uma solução - por isso a não participação popular -, registrando que todos os Municípios estão preocupados no momento porque realmente conseguiram entender a grandiosidade do problema que estava sendo construído para os Municípios. Disse que foram passados cinco anos lutando para mudar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que estava mal implementado e mal administrado, e que ficou feliz quando recebeu a notícia de que o Deputado Ponticelli está propondo uma audiência pública para que esse PAC seja implementado definitivamente. Analisou que essa situação estava acontecendo e as pessoas não iriam sequer chegar a uma conclusão, porque pensavam que já estava tudo resolvido, elogiando a realização desta audiência pública e também a iniciativa de realizar mais audiências públicas em outras regiões para que as pessoas possam participar e saber da dimensão do que está ocorrendo no seu Município. Registrou que graças àquela reunião viu-se que a dimensão seria catastrófica ao desenvolvimento dos Municípios, porque Zona de Proteção Permanente (ZPP) em todos os Municípios, da forma como está, vai engessar, reforçando que a ZPP vai ser utilizada juridicamente por todas as pessoas que querem engessar os Municípios e citando a experiência que se teve com o problema do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Argumentou que, se forem criadas as ZPPs nos Municípios de acordo com a proposição, possivelmente levará mais cinco anos, dez anos para resolver o problema, ressaltando que ninguém quer que seu Município seja destruído e que é hora daqueles que defendem o meio ambiente terem um pouquinho de consciência para chegarem a um ponto de equilíbrio, porque desenvolvimento sustentável é a palavra mágica. Finalizou dizendo que é preciso um pouco de equilíbrio e que esse é o objetivo de todos que estão participando desta audiência pública. [*Taquígrafa-revisora: Ione Terezinha Reis de Melo.*] Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, passou a palavra ao senhor Jorge Rebollo Squera, diretor de Desenvolvimento das Cidades da Secretaria de Estado do Planejamento e coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que revelou que, analisando um pouco mais friamente a questão, achava que o trabalho estava dando resultado e que contou que quando foram incumbidos do trabalho fizeram um cronograma de etapas. Quanto ao que foi comentado sobre divulgação, lembrou que o trabalho era estadual e não municipal, e falou da estrutura do plano estadual, relatando que, através das Secretarias Regionais, estavam sendo criados comitês com representantes dos municípios para fazer a divulgação, o que estava acontecendo. Em seguida, citou celeridade e morosidade, que em audiência pública eram duas coisas que não combinavam, havendo necessidade de se buscar um ponto médio, e informou que no *site* da Secretaria estavam todos os documentos, todas as atas das reuniões que haviam sido feitas. Quanto à forma de participação, evidenciou que em nível de Estado ela teria que ser um pouco mais organizada; que é muito mais fácil tirar racionalidade do trabalho através de uma audiência pública do que passar um ano e meio fazendo reuniões; e que desde o começo já haviam decidido que se faria audiência pública ao final de cada trabalho. Com respeito à consultora, disse que seria aberto um prazo para discussão, visto que o problema teria que ser discutido. Contou que já havia sido acordado que o zoneamento do Estado seria de diretrizes, não com parâmetros; que o decreto teria que ser mudado. Prosseguindo, deixou claro que não era oposição nem situação, mas, sim, um funcionário do Estado e que o seu patrão era o povo, e expôs que o planejamento era feito pensando no melhor para a sociedade. Quanto à divulgação, esclareceu que não funcionou porque a representação era regional e ainda faltava completar os comitês, e explicou que não havia pressa, que seria discutido o que fosse necessário. Dirigindo-se ao senhor Presidente, disse que teria uma proposta, qual seja, a criação de uma comissão parlamentar para acompanhar o processo de gerenciamento costeiro, pois assim os Deputados já poderiam ver o que teria que ser mudado; que as questões ambientais e empresariais, por exemplo, poderiam ser num processo de planejamento entre Estado e Município. Em relação aos municípios, disse que a ideia era que os comitês regionais avisassem aos municípios que deveriam fazer reunião para discutir o zoneamento estadual e depois levassem as questões aos comitês, que se reuniria

com a Secretaria para definir a mudança que teria que ser feita no zoneamento estadual. Ainda, observou que tudo o que havia falado já estava previsto, por isso não aceitava que dissessem que faltava transparência; contou que o trabalho começou no dia 4 de maio de 2009 e que fizeram mais de quinze reuniões por região; e, mais uma vez, registrou que o *síde* da Secretaria estava à disposição para tirar qualquer dúvida. Comentou que o gerenciamento costeiro iria definir o que precisava ser feito; que sabia que tinha restinga, mas que também existiam áreas ocupadas, e que por isso teriam que buscar outras soluções. Finalizando, registrou que para as coisas caminharem bem teria que se definir etapas. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, explicou que era preciso chegar a um entendimento, porque o propósito da audiência pública era buscar o melhor encaminhamento. Esclareceu que em poucos dias a Alesc entraria em recesso e que haveria calendário especial em função das próximas eleições, deixando claro que nesse período teriam três dias de sessão em agosto e três dias em setembro. Em seguida, elucidou que haveria dois entraves nesse período, quais sejam, conciliar a agenda dos Deputados e a questão legal, visto que daqui para a frente a legislação eleitoral, principalmente as resoluções para a próxima eleição, seria muito mais restritiva. Para tanto, sugeriu que nesse período os trabalhos fossem concentrados entre a coordenação da implementação do Gerco e as 36 Câmaras e Prefeituras, e que nesses 90 dias deveria ser intensificada a participação das Câmaras e das Prefeituras, sendo que somente depois disso poderiam ser feitos os ajustes necessários com a comissão proposta pelo senhor Jorge. Falou que poderia haver necessidade de ajustes na lei, haja vista algumas manifestações nessa direção; que, se a lei tivesse que ser ajustada, não haveria nem tempo regimental, mas poderiam fazer depois de outubro. Opinou que se assim fosse feito os interesses seriam conciliados, para que daqui a pouco não fosse baixado um novo decreto, o que dificultaria muito mais as relações. Ato contínuo, perguntou se todos estavam de acordo com o encaminhamento. Havendo concordância, deixou claro que nesse período teriam a segurança de que não seria baixado nenhum decreto, mas se depois disso houvesse necessidade de alguma alteração na legislação a Alesc estaria à disposição. Na sequência, o senhor Jorge Rebollo Squera informou que seria mantido o cronograma de ações, mas com o tempo, depois da discussão legal, viriam as audiências públicas, e que por lei isso ainda iria para o Consema. A seguir, o senhor Prefeito João Alberto Bonamigo declarou que por isso achava leviana a publicação dos mapas e informou que a repercussão tinha sido profundamente negativa, contra o Gerco e contra os municípios. Contou ao senhor Jorge que tiveram de estudar três áreas, em função da necessidade de implementação de moradia popular, revelando que as referidas áreas tinham sido liberadas pelo Ibama. Quanto ao intercâmbio das comunidades na questão do Plano Diretor do seu Município, disse que era obrigado a reconhecer que o trabalho tinha sido bom, explanando que houve divulgação, que convocaram a população e fizeram inúmeras reuniões, chegando a um nível muito aceitável. Com relação ao Gerco, informou que não houve interação com a comunidade. Ato contínuo, o senhor Jorge Rebollo Squera declarou que iria passar ao Prefeito uma lista das reuniões. Retomando a palavra, o senhor Presidente evidenciou que a questão agora estava encaminhada, que era matéria vencida, visto que saíram da audiência pública com o compromisso de voltar ao diálogo com as 36 Prefeituras e Câmaras. Por sua vez, o senhor Emerilson Gil Emerim, diretor técnico da Ambiens Consultoria Ambiental, esclareceu que os mapas estavam publicados para a ampla participação da sociedade civil e dos técnicos das Prefeituras, deixando claro que os mapas não eram definitivos e que, além de ver os mapas, teriam de ler o texto. Finalizando, externou que todos os Municípios estavam representados nos Comitês Temáticos de Gerenciamento Costeiro, que faltava apenas entrarem em ação, e disse que estava à disposição para trabalhar com os Comitês, que legalmente eram a representação dos Municípios. Em seguida, o senhor Norton Flores Boppré, diretor de Planejamento, representando o Secretário de Estado do Planejamento, senhor Vinicius Lummertz, após agradecer ao senhor Presidente pela participação na audiência pública, aproveitou o ensejo para perguntar ao Vereador Jucélio de

Souza Clementino, de Garopaba, que Secretaria tinha recebido a ligação telefônica, recebendo como resposta que havia sido a Secretaria de Planejamento. Ato contínuo, disse que, se fosse a Secretaria de Estado, gostaria de pedir desculpas pela infelicidade do servidor que porventura havia feito aquele tipo de atendimento, o que não era usual, já que a Secretaria de Estado do Planejamento primava por aquilo que era sua obrigação, que era prestar um bom serviço público, deixou claro que, juntamente com o senhor Jorge, conversaria com o Secretário Vinicius Lummertz sobre o assunto, aguardando manifestação oficial da Alesc. Na sequência, o senhor Ernesto São Thiago, representando a Acatmar e a Brasilcruise, observou que era importante deixar claro aos Prefeitos e aos Vereadores que o Gerco não criava Área de Preservação Permanente. Ressaltou que os Prefeitos precisavam olhar com carinho suas legislações referentes às áreas de proteção ambiental, unirem-se para revisar a legislação estadual naquilo que estivesse em desacordo com o interesse do município e que o Estado deveria lutar contra a legislação federal que o engessava. Por fim, disse que considerava uma injustiça muito grande colocar a culpa no Gerco pelo fato de ele tirar do armário aquilo que estava escondido. Fazendo uso da palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, expôs que, pelo encaminhamento, todas as questões seriam pontuadas; que o que tivesse que ser alterado na legislação seria feito depois de outubro. Ato contínuo, o senhor Alexandre Mazzer, da Ambiens Consultoria Ambiental, questionou sobre a criação de uma comissão técnica da Alesc para acompanhar os trabalhos nesses noventa dias, inclusive para que os Deputados tivessem maior proximidade caso houvesse uma proposta de alteração de lei, recebendo como resposta do senhor Presidente que seria designado apenas um servidor da Alesc. A seguir, o senhor Jorge Rebollo Squera, diretor de Desenvolvimento das Cidades da Secretaria de Estado do Planejamento e coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, informou que concordava com o senhor Alexandre no sentido de que o Poder Legislativo acompanhasse a discussão, mas com caráter mais técnico, ao que o senhor Presidente, Deputado Estadual Joares Ponticelli, deixou claro que a Alesc tinha servidores altamente qualificados. Isso posto, e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a todos pela presença e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

PRESIDENTE

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 432/10

Ofício nº 01/2010 Porto União, 21/07/2010
Exmo. Sr.
Deputado Gelson Merísio
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência,
sala 106
88020-900 - Florianópolis - SC
Excelentíssimo Senhor,
Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública do **CENTRO ASSISTENCIAL ALLAN KARDEC**, CNPJ 79.376.505/0001-05, com endereço para correspondência na rua Visconde de Guarapuava, 242. Porto União/SC, entidade esta já declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 13.535/2005.
Pede Deferimento
(Assinatura do Presidente da Entidade)
Lido no Expediente
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 433/10

Ofício nº 010/2010 Criciúma, 21 de julho de 2010.
Ao
Exmo. Sr. Gelson Merísio
Presidente da Assembléia Legislativa de SC
A Escola Normal e Ginásio Madre Teresa Michel, sediada na Rua Joaquim Nabuco, 1015 - Criciúma (SC), CNPJ nº 83.665.935/0001-14, vem respeitosamente apresentar a V.Exa. o Relatório e Balanço contábil relativos às atividades do exercício de 2009, face a sua condição de entidade Declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL através da lei nº 4.072 de 25/10/1967 para fins de cumprimento aos ditames do Art. 3º da lei nº 15.125 de 19/01/2010.
Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.
Lindauro Silva Ribeiro
Diretora Presidente

ANEXOS:

- Relatórios de atividades de 2009;
 - Balanço Contábil;
 - Atestado de funcionamento atualizado;
 - Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de Registro de pessoas Jurídicas.
- Lido no Expediente*
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 434/10**ESCOLA ESPECIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - APAE CAPIVARI DE BAIXO SC - FUNDADA 16/01/1997**

OF/APAE/ Nº 18/2010 Capivari de Baixo, 14 de Julho de 2010.

Ilma. Sra.

Duda

Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC

Palácio Barriga Verde

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

CEP 88020 - 900 - Florianópolis - SC

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, estamos encaminhando em anexo, documentação em cumprimento ao Art. 3º da UTIL para renovação do Certificado de Utilidade Pública Estadual

- Relatório Anual de Atividades
- Atestado de funcionamento
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório
- Balanço contábil

Atenciosamente,

Marli Teresinha Mendes dos Santos

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/08/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 435/10**Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas**

Rua Francisco de Paula Pereira 400, 4º Andar, Sala 408, Centro.

CEP: 89460-000 Canoinhas - SC

CNPJ: 02.214.400/0001-25

e-mail:nativafm@newage.com.br

Ofício nº 021/2010 Canoinhas - SC, 20 de julho de 2010.

Exmo.Sr.

Deputado Gelson Luiz Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes 310, Centro, Gabinete da Presidência,

sala 106, 88020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor:

Atendendo as exigências previstas na LEI Nº 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ 02.214.400/0001-25, com endereço para correspondência na Rua Francisco de Paula Pereira, nº 400, Galeria Band, 4º andar, sala 408, Centro, Canoinhas-SC, CEP 89460-000, entidade esta já declarada de utilidade pública pela Lei Estadual no 14.315 de 11 de janeiro de 2008.

Pede deferimento.

Mario de Jesus Rodrigues de Carvalho

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/08/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 436/10**SOCIEDADE ESCOLAR HAMÔNIA**

Of. nº 021/2010 Ibirama, 29 de junho de 2.010.

ILMO. SR.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Rua Jorge Luz Fontes, 310

88.200-900 - **FLORIANÓPOLIS - SC**

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando em anexo o Relatório de Atividades Desenvolvidas no ano letivo de 2.009, de conformidade com a Lei nº 14.182, de 01.11.2007.

Colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Cordiais saudações,

Sociedade Escolar Hamônia**Manfrid Koepsel**

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/08/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 437/10**CULTURA: QUEM INVESTE É SEMPRE BEM VISTO**

Ofício 025/10 Florianópolis, 19 de julho de 2010.

Ao

Ilmo Sr.

Gelson Merísio

Presidente

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

A/C

À Sra.

Túlia Ribeiro

Coordenadoria de Documentação

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Presidente

Com nossos cumprimentos, gostaríamos de solicitar Certidão, confirmando que a Associação Cultural Educacional Brasil Santa Catarina, CNPJ: 03.680.305/0001-80, é de utilidade pública estadual, para que possamos dar continuidade em nossos trabalhos de desenvolvimento de projetos culturais.

Desde já agradecemos pela atenção e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Cordialmente,

Ricardo Bulcão

Diretor - Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/08/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 438/10**Associação das Entidades Filantrópicas de Santa Catarina**

Ofício Nº 033/2010

São José, 17 de julho de 2010.

AO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR**GELSON MERÍSIO****MD. PRESIDENTE DA ALESC****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA****FLORIANÓPOLIS - SC**

Senhor Presidente,

A ASSEF/SC ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE SANTA CATARINA, conforme o que determina a Lei Nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, vem pôr meio deste encaminhar a Vossa Senhoria o RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES e o BALANÇO PATRIMONIAL de 2009, visando cumprir exigências para MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Na certeza de contar com a vossa proverbial atenção e colaboração, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos que julgarem-se necessários e servimo-nos do presente para expressar protestos de elevada consideração e apreço,

Atenciosamente,

Luiz Carlos Barcelos Filho

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/08/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 439/10

São Bento do Sul, 30 de junho de 2010.

Of. ACISBS 37/2010

Excelentíssimo Senhor**Gelson Merísio****Presidente da****Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina****Florianópolis - SC****Assunto:Manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual**

Senhor Presidente,

A Associação Empresarial de São Bento do Sul - ACISBS, sociedade civil de intuítos não econômicos e de duração ilimitada, fundada em 09 de novembro de 1957, sediada em São Bento do Sul - SC na rua Afonso Grosskopf, 352, Bairro Colonial, CEP: 89288-200, vem, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a manutenção da qualificação do título de Utilidade Pública Estadual, por se tratar de entidade dedicada à representação dos interesses das classes e associados que representa, para o que apresenta a documentação anexa.

Neste termos, pede deferimento.

Evandro Müller de Castro

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/08/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 440/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE ESCOLA ESPECIAL "PROF. SILVESTRE MAZON"**

Rua Sargento Tizziane, s/nº - CEP 89908-000 - Romelândia - SC -
CNPJ 80.622.459/0001-66 - Fone (49) 36240171

Ofício nº 041/2010 Romelândia, 14 de julho de 2010.

Exmo Sr.

GELSON MERISIO

D. D. Presidente da Assembléia Legislativa/SC

De acordo com a Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, em seu art. 3º, estamos encaminhando documentação constante no referido artigo, que visa **manutenção** do título de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, concedido em LEI Nº 8.496 de 18/12/1991.

Certos de contar com vossa e colaboração reiteramos votos de estima e apreço.

Atenciosamente.

Leo Pedro Theisen

Presidente APAE/Romelândia

CPF 526.199.749-68

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO 441/10

OBRAS SOCIAIS ABADEUS

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ABADEUS

Rua Maria Salete F. de Oliveira, s/n bairro Cristo Redentor - Criciúma - Santa Catarina

Fone: (48)3462.2080 E-mail: abadeus@abadeus.com.br

Ofício nº 69/10

Criciúma, 21 de julho de 2010.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXMO. SR. DEPUTADO

GELSON LUIZ MERÍSIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor,

A Associação Beneficente ABADEUS, foi declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei 4.493 de 05 de Agosto de 1970. Pelo presente encaminhamos os documentos descritos no art. 3º da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010, para a manutenção do Título.

Atenciosamente,

Gerço Gomes Monteiro

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 442/10

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

FUNDADO EM 26 DE MAIO DE 1948 ESTATUTO REG. NO CART. DO REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SOB Nº 20 REG NO CONCELHO NAC. DO SERVIÇO SOCIAL - PORT. Nº 111.045/53 REG NO DEPART. NAC. DA CRIANÇA 12/04/61 SOB Nº 235

82.965.070/0001-49 - FONE: (48)3277-0360 - hgracas@hotmail.com

- AV. MAJOR GENEROSO, 65 - 88680-000 - BOM RETIRO - SC

Ofício nº 703/2010

Excelentíssimo Senhor

DEP. GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS - SC

Bom Retiro, 23 de julho de 2010

Senhor Presidente,

Vimos pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, conforme preconiza a Lei 15.125 de 19.01.2010, documentação complementar, a ser anexada as demais anteriormente encaminhada, desta entidade, referente a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual da mesma.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Antônio Carlos Faria

DIRETOR

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 443/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS

DOS EXCEPCIONAIS DE PENHA

ESCOLA ESPECIAL HENNY COELHO

CNPJ 73.889.677/0001-04

Rua Erechim, nº 215 - Armação - Penha - SC - Cep: 88385-000

Fone/Fax: (0**47) 345.5913 - E-mail apae_penha@hotmail.com

Penha, 10 de julho de 2010.

Sra: **Duda** - Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC Prezada Senhora.

Estamos encaminhando em anexo, documentos solicitados para renovação do título de Utilidade Pública Estadual.

Certos de contar com sua atenção, agradecemos.

APAE DE PENHA

Presidente

Henny Coelho

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 444/10

Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer

Organização sem fins lucrativos - CNPJ 08.791.343/0001-23

Registro Civil das Pessoas Jurídicas Nº 4744 - Inscrição no CMAS Nº 20/2008

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei Nº 7.172 de 23/10/2007

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Nº 14.857 de 18/09/2009

Rua: Camboriú, nº 174 - Bairro Victor Konder CEP: 89.012-160 - Blumenau/SC

Blumenau, 22 de julho de 2010.

Estamos encaminhando documentação solicitado à Assembléia Legislativa conforme relacionado abaixo:

- 1- Relatório anual de atividades;
- 2- Declaração que permanece cumprindo os requisitos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- 3- Declaração de funcionamento;
- 4- Certidão autenticada atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- 5- Cópia da Ata da Assembléia Geral - alterações ocorridas no estatuto;
- 6- Balancete contábil.

Atenciosamente,

Marianne Ewald

Assistente Social

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 445/10

Blumenau, 15 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor:

Deputado Estadual Jean Kuhlmann

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhado para ser apresentado ao Presidente Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que o mesmo os documentos remeta ao comissão competente, abaixo relacionado, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 15.125/2010 com os seguintes documentos:

- I - Relatório anual de atividades;
- II - Atestado de funcionamento atualizado de Utilidade Pública;
- III - Certidão atualizada do registro da Entidade no cartório de pessoas jurídicas;
- IV - Balancete Contábil.

Cabe estabelecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 4954 em 98 .

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do presidente)

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 446/10

Porto União SC, 13 de julho de 2010.

Ofício nº 001/10

Exmo Sr.

Deputado. GELSON MERISIO.

DD - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106.

88020-900 Florianópolis SC.

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual nº 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública do CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO BELA VISTA PU. CNPJ nº 83.799.940/0001-10, com endereço para a correspondência na Rua Alemanha nº 422.

Pede deferimento.

TECLA LEVANDOSKI DOS SANTOS

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 447/10

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE SAUDADES

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PALÁCIO BARRIGA VERDE

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, n. 310 - Centro - CEP 88020-900 - FLORIANOPOLIS - Santa Catarina
Digníssimo Senhores

A **Associação Hospitalar Beneficente de Saudades**, entidade Filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 86.108.800/0001-46, estabelecida à Rua Princesa Isabel, nº 357, Centro, CEP 89868-000, Cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Gerente Executivo Sr. **IVO URNAU**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 141.543.909-53, residente e domiciliado à Rua Sete de Setembro, nº 207, Centro, CEP 89868-000, Cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina, vem por intermédio deste, encaminhar a documentação solicitada para a **RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**, como segue:

- Relatório anual de atividades do exercício de 2009;
- Balanço Patrimonial e DRE do exercício de 2009;
- Cópia do Alvará de Localização e Funcionamento - exercício 2010;
- Declaração de funcionamento expedida pelo Sr. Rogério Antonio Sehnm (Autoridade do Município - Vereador);
- Declaração de funcionamento expedida pela Sra. Sueli Kunz (Autoridade do Município - Assistente Social da Prefeitura de Saudades);
- Cópia do CNPJ da Entidade;
- Cópia da Certidão atualizada do Registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Cópia do Estatuto da Entidade;
- Cópia da Ata de Posse da atual Diretoria;
- Cópia da Lei Estadual que Declara a Entidade de Utilidade Pública Estadual.

No aguardo de vosso posicionamento, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente

Saudades (SC), 14 de Julho de 2010.

IVO URNAU - Gerente Executivo

Associação Hospitalar Beneficente de Saudades

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 448/10

SATC - Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina

Rua Pascoal Meller, 73 - Bairro Universitário - CEP 88805-380 - Criciúma - Santa Catarina - CNPJ:83.649.830/0001-71
Telefone: 3431.7500 - Fax 3431.7501 - satc@satc.edu.br
EXMO. SR.

GELSON MERÍSIO

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC.

FLORIANÓPOLIS - SC

Criciúma, 20 de julho de 2010.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), com sede à Rua Pascoal Meller nº 73, Bairro Universitário, na cidade de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, CEP nº 88805-380, inscrita no CGC sob o nº 83.649.830/0001-71, vem, respeitosamente, apresentar à Vossa Excelência os documentos abaixo relacionados, face a sua condição de entidade Declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, através de Lei nº 2.357, de 11/06/1960, para fins de cumprimento aos ditames do Art. 4º da Lei Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Anexos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, firmado pelo Poder Legislativo Municipal;
- III - certidão atualizada do registro de entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Ruy Hulse
Diretor Executivo

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 449/10

**INSTITUTO AMOR A VIDA
ONG - AIDS - XANXERÊ - SC**

Exmo. Sr

Gelson Merisio

Presidente

Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Xanxerê, 16 de julho de 2010.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a documentação do Instituto Amor a Vida - ONG - AIDS - Xanxerê, referente a manutenção da Utilidade Pública Estadual, conforme legislação vigente.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protesto de consideração e apreço.

Atenciosamente,

**MARIA IVANETE BORBA
VICE - PRESIDENTE**

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 450/10

CUNHA PORÃ SC, 02 de JULHO de 2010.

Ao

Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis SC

A Fundação Hospitalar e Assistencial de Cunha Porã, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, inscrita no CNPJ/MF - Nº 82.817.172/0001-07, com sede à Rua Sete de Setembro, Nº 1041- Centro, CEP 89890-000 Cunha Porã Estado de Santa Catarina, em atendimento ao artigo 379, do Decreto 3.048, de 06/05/99, comunica que esta instituição está enquadrada no Artigo 206 do Decreto supra, satisfazendo seus requisitos.

Também, em atendimento ao art. 379, do citado Decreto, apresenta, em anexo, o Plano de Ação de Atividades a serem desenvolvidas no ano de 2009.

Nestes termos pede deferimento.

Atenciosamente
Eloi Albrecht
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 451/10

**PROJETO ESPAÇO ALTERNATIVO DE FRAIBURGO - PEAL
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES DOS ÚLTIMOS 12
MESES**

DO PROJETO ESPAÇO ALTERNATIVO - PEAL

MÊS DE JANEIRO DE 2009

O PEAL retornou as suas atividades no mês de Janeiro durante as férias escolares dos alunos. Para reinício das atividades optou-se por um local diferente, como um pavilhão, onde as crianças teriam um local adequado para a realização de uma mini EBF (Escola Bíblica de Férias) e demais atividades propostas.

Histórias despertam a curiosidade nas crianças, fazendo-as viajar por um mundo de sonhos, onde tudo pode tornar-se realidade. Através das histórias bíblicas as crianças puderam conhecer um pouco mais sobre o amor de Deus em suas vidas, proporcionando a elas uma chance de transformação.

O versículo embaralhado foi uma das atividades que ajudou na fixação das palavras escritas na bíblia, bem como suas histórias.

Em um dos dias, as crianças aprenderam um pouco mais sobre valores morais, como o amor, o perdão, a família e a amizade. Os mesmos foram representados por frutas, onde cada uma tinha seu valor. Após a mensagem, utilizou-se as frutas para um delicioso lanche.

Atividades de recreação também marcaram esses dias. Com muitas atividades divertidas.

Como a maioria das crianças gosta de futebol, as nossas não seriam diferentes. Todos os dias jogamos aquela partidinha de futebol.

*Gincana Bíblica e de provas.

MÊS DE FEVEREIRO DE 2009

Atividades diárias como:

- * Leitura,
- * Realização de tarefas escolares,
- * Lanche,
- * Escovação de dentes,
- * Banho,
- * Jogos Lúdicos,
- * Recreação,
- * Ensino bíblico.

Atividades semanais:

*aula de alemão, aula de inglês, aulas de computação, dança de rua, bordado em tecido, desenho, teatro, pintura, esportes, filmes bíblicos e temas educativos.

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 452/10

Sociedade Desportiva Vasto Verde

Rua Osvaldo Cruz, 140 - Bairro do Velha - Blumenau - SC

89036-490 - Blumenau SC

Blumenau, 17 de Junho de 2010

Excelentíssimo Senhor:

Deputado Estadual Manuel Mota
Presidente Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos
da Assembléia Legislativa do Estado de SC.

Cumprimentando-o cordialmente, a Sociedade Desportiva Vasto Verde, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.664.327/0001-22., com sede na rua Osvaldo Cruz, nº 140, no bairro Velha, na cidade de Blumenau., CEP 89036-490, no telefone (47.) 3328-0103, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente Mário dos Santos, inscrito no CPF 648.370.688-04, na cidade de Blumenau, vem perante Vossa Excelência, declarar que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de Utilidade Pública Estadual, nos termos do dispositivo no parágrafo único do Art. 3º, Inciso II, da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2007.

Por ser verdade, firma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,
Mário dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 453/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho-SC
São Salvador, 1258 - Efacip
CNPJ: 75 437 053/ 0001-73
Registro Federação das APAEs - nº 490
Certificado de Fins Filantrópicos - 44006.004932/97-52
Rua: São Salvador, 1258 - Efacip - Pinhalzinho - SC Fone:(49) 3366 1279
CEP:89.870-000 apaepinhalzinho@yahoo.com.br
Ofício nº 114/2010

Pinhalzinho, 19 de julho de 2010.

Prezados senhores,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste comunicar que estamos enviando em anexo documentação referente a prestação de contas para renovação de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais nada o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Sadi Maria da Costa
 Presidente da APAE de Pinhalzinho

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO 454/10

CASA DA AMIZADE DE PENHA
Rua Arthur Silvano dos Reis, 322 - Penha - SC. CNPJ
83.824.722/0001-98
Fundada em Abril de 1978

Utilidade Pública Federal - Estadual e Municipal
Reuniões na última segunda-feira do mês às 19 horas

Penha, 10 de julho de 2010.

Sra: Duda - Chefe de Secretaria da

Comissão de Direitos da ALESC

Prezada Senhora.

Estamos encaminhando em anexo, documentos solicitados para renovação do título de Utilidade Pública Estadual.

Certos de contar com sua atenção, agradecemos.

NAIR LEICHT
 PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 455/10

HOSPITAL SANTA CATARINA BLUMENAU
Rua Amazonas, 301
89020-900 Blumenau SC

ADM 108/2010 Blumenau, 07 de julho de 2010.

À Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

HOSPITAL SANTA CATARINA, sedido na Rua Amazonas, nº 301, cidade de Blumenau, Estado de SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.880.344/0001-03, vem respeitosamente apresentar a V.Exa. os documentos listados no referido artigo relativos às atividades do exercício de 2009, face à sua condição de entidade declarada de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL** através da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Nestes Termos
 Pede Deferimento
Hans Prayon
Diretor Presidente

ANEXOS

-Cópia autenticada da Certidão de Utilidade Pública Estadual;
 -Declaração de Funcionamento;
 -Relatório de Atividades 2009;
 -Demonstrativo Financeiro e Notas Explicativas do exercício 2009;
 -Cópia autenticada do Estatuto Social realizado em 05/04/2005;
 -Cópia autenticada da Ata do AGO realizada no dia 14/04/2008 - Eleição do Conselho Superior, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal - Triênio 2008/2011;
 -Ata da AGO realizada em 26/04/2010 - Aprovação das Contas do Exercício 2009.
 -Cartão do CNPJ;
Lido no Expediente
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 456/10

Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville

Fundada em 13/07/1892 - Reconhecida de Utilidade Pública Lei Municipal nº 381 de 08/10/53, Lei Estadual nº 1324 de 12.07.55 e Lei Federal nº 3210 de 19.07.57 - Registrado no CNSS - MEC - CNPJ:84.712.991/0001-25
 Emergência 193 - Fone (47)3431-1112- Fax(47)3431-110 - Cx.P 371 - Rua Jaguaruna, 13 - CEP: 89201-450 Joinville - SC - e-mail: Ofício CBJV - Adm. 058/2010 Joinville, 27 de julho de 2010.

Exmo Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - R. Doutor Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis - SC

Assunto: Manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Joinville, 27 de julho de 2010.

Excelentíssimo Sr,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhando anexo a este ofício os documentos necessários da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville para a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual. Sendo o que tínhamos para o momento, manifestamos nossos votos de estima e apreço e despedimo-nos mui

Atenciosamente,
Luiz Carlos da Silva Leite
Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 457/10

CVM - Vinde a Mim as Criancinhas

Ofício Nº 350/2010 São José, 19 de JULHO de 2009.

AO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

MOACIR SOPELSA

DEPUTADO ESTADUAL

COMISSÃO DE DIREITOS,

GARANTIAS FUNDAMENTAIS E DE AMPARO A FAMÍLIA E À MULHER

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Deputado,

A CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS, conforme o que determina a Lei Nº 10.436/97, Vem por meio deste encaminhar a Vossa Senhorias o BALANÇO SOCIAL — RELATÓRIO DE ATIVIDADES e BALANÇO PATRIMONIAL 2009 desta entidade, visando cumprir exigências para MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Nossa entidade atende atualmente crianças e adolescentes com serviços extensivos às suas famílias que incluem Abrigo Institucional (Casa Lar), Creche e Pré-Escola (Educação Infantil) e Comunidade Terapêutica (Centro de Recuperação) para crianças, adolescentes e adultos dependentes químicos, entre outros.

Na certeza de contar com a vossa proverbial atenção e colaboração, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos que julgarem-se necessários e servimo-nos do presente para expressar protestos de elevada consideração e apreço,

Atenciosamente,
MARLY TERESINHA FERNANDES
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 458/10

ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA

Caçador, 29 de julho de 2010.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Exmo. Sr. Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa.

A Associação Maria Rosa - AMAR entidade beneficente de assistência social, vem através desta encaminhar a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o relatório anual de atividades, declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública estadual e balancete contábil, para que possamos continuar com a concessão de Utilidade Pública Estadual de nossa entidade, conforme o que prevê a Lei nº 14.770, de 13 de julho de 2009.

Colocamo-nos a sua inteira disposição para maiores esclarecimentos.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitarmos o ensejo para renovar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Zilda de Mello Albuquerque
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 459/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO

JOAQUIM

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Ofício 216/2010

São Joaquim, 26 de julho de 2010

Ilmo Senhor

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis

Senhor Presidente

Cumprimentando-o cordialmente, venho encaminhar documentação da Associação Brasileira da Raça Crioula Lagoana - ABCCL, protocolada na SDR - Lages.

Atenciosamente

Murilo Palma Nunes

Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade

Regional São Joaquim

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 460/10

ESCOLA ESPECIAL BEIJA - FLOR - APAE

Ofício nº:10/2010

IRACEMINHA, 08 de julho de 2010.

Assunto Prestação de Contas Utilidade Pública Estadual

Encaminhado, anexo, o documento para Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/ APAE de Iraceminha com CNPJ 02.987.749/0001-08 no CNES.

Atenciosamente,

RUBI NYLAND

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 461/10

SOCIEDADE E HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO CRISTÓVÃO

Rua 3 de maio, 415 - Bairro São Cristóvão

89694-000- Faxinal dos Guedes - SC

CNPJ 84.856.948.0001-7

Ofício 0026/2010

Faxinal dos Guedes, 09 de julho de 2010.

Prezado Senhor

Presidente da Assembléia Legislativa,

Conforme solicitação de Vossa Senhoria, estamos encaminhando a documentação, solicitada de acordo com a Lei nº 15.125, de 10 de janeiro de 2010.

Agradecemos a atenção dispensada, e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria, se necessário.

Atenciosamente

Amauri Sergio Zardinello

Presidente da AHBSC

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 462/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Fundação 27/03/91 - CNPJ 76.707.470/0001-51

Rua da Figueira, nº 20 - Balneário Piçarras - SC - CEP 88.380-000

Of. nº 035/2010 Balneário Piçarras (SC) 16 de julho de 2010.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC

At. Sra. Duda

Prezada Senhora,

Segue anexa, a documentação para manutenção do Título de Utilidade

Pública Estadual correspondente à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS.

Atenciosamente,

Eliane k. Costim

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1178, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GUSTAVO CORDEIRO DE CARVALHO**, matrícula nº 6195, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 2 de agosto de 2010 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1179, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARTA BRANCHER PALHANO**, matrícula nº 5020, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 3 de agosto de 2010 (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1180, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROBSON BARBOZA**, matrícula nº 4511, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 3 de agosto de 2010 (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1181, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROBSON BARBOZA, matrícula nº 4511, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 3 de agosto de 2010 (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1182, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SUSETE RAMOS MELO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1183, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCOS ALESSANDRO FIALHO**, matrícula nº 5788, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de agosto de 2010 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1184, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCOS ALESSANDRO FIALHO, matrícula nº 5788, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de agosto de 2010 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1185, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TANIA DE LOURDES DANTAS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1186, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SALOMAO RODRIGUES OLIVEIRA**, matrícula nº 5913, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 3 de agosto de 2010 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1187, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SALOMAO RODRIGUES OLIVEIRA, matrícula nº 5913, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 3 de agosto de 2010 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1188, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **TATIANE KUSTER MUNDIENDIL**, matrícula nº 6145, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a

contar de 3 de agosto de 2010 (Gab Dep Kennedy Nunes).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1189, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TATIANE KUSTER MUNDIENDIL, matrícula nº 6145, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 3 de agosto de 2010 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1190, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JÉSSICA MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1191, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TEREZINHA DEMARCHE MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1192, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA APARECIDA MARTINS SITONIO**, matrícula nº 3971, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1193, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA APARECIDA MARTINS SITONIO, matrícula nº 3971, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de agosto de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1194, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **FERNANDA MARTINS**

CANELLA, matrícula nº 6438, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1195, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FERNANDA MARTINS CANELLA, matrícula nº 6438, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de agosto de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1196, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR WALDEMAR FRANZEN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Reno Caramori).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1197, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **ADEMIR GASSTMANN**, matrícula nº 1796, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 04 de agosto de 2010 (Deputado Moacir Sopelsa).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1198, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Marco Antonio Santos Schettert	5527	03%	03%	15/07/10	1568/10
Cesar Luiz Belloni Faria	1839	03%	33%	28/07/10	1614/10
Paulo Ricardo Gwosdz	2192	03%	27%	31/07/10	1616/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1199, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio	Quinquênio	
0308	SUELI LOURENÇO DE DEUS	07/07/05	06/07/10	1488/10
1948	GILSON LUIZ BORGES	13/07/05	12/07/10	1503/10
0635	MARCIO MORAES COSTA	21/07/05	20/07/10	1600/10
1539	PAULO RICARDO MERLIN	24/07/05	23/07/10	1601/10
1962	ARGILIO MELLO ALVES	28/07/05	27/07/10	1618/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1200, de 05 de agosto de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FREDERICO RODOLFO BRUM**, matrícula nº 4882, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de agosto de 2010 (Gab Dep Reno Caramori).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 279/10

Altera a ementa e os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 15.251, de 3 de agosto de 2010.

Art. 1º A ementa e os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 15.251, de 3 de agosto de 2010, passam ter a seguinte redação:

"Fica vedado o ingresso, no Estado de Santa Catarina, de resíduos sólidos com características radioativas e de resíduos orgânicos oriundos de frigoríficos e abatedouros que apresentem riscos sanitários, tais como a disseminação de febre aftosa ou outras zoonoses.

Art. 1º Fica vedado o ingresso, no Estado de Santa Catarina, de resíduos sólidos com características radioativas e de resíduos orgânicos oriundos de frigoríficos e abatedouros que apresentem riscos sanitários, tais como a disseminação de febre aftosa ou outras zoonoses.

Parágrafo único. As eventuais exceções são condicionadas a prévia autorização pelo órgão de controle sanitário e pelo órgão ambiental estadual.

Art. 2º O transporte externo dos resíduos sólidos, com exceção dos mencionados no *caput* do art. 1º, deve, obrigatoriamente, ser acompanhado pelo documento Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela legislação e regulamentação, e conforme o Anexo I desta Lei.

[...]

§1º [...]

III - identificação:

a) destinador; e

[...]

§2º O gerador, o transportador e o destinador devem atestar, sucessivamente, a efetivação do embarque, transporte e recebimento do resíduos, por meio de assinatura, carimbo, selo, ou equivalente, aposto no documento MTR, e retendo uma via para arquivo à disposição da fiscalização.

[...]

Art. 3º Os destinadores devem atestar a efetiva destinação dos resíduos recebidos por meio do documento Certificado de Destinação Final - CDF, conforme o Anexo II desta Lei.

§1º [...]

III - discriminação dos diferentes tipos de resíduos, incluindo denominação, classe e estado físico e as respectivas quantidades destinadas e tecnologias de tratamento aplicadas.

§2º O destinador é responsável pela veracidade e exatidão das informações constantes no documento CDF, o qual deve assinado por profissional técnico e legalmente habilitado.

[...]

§4º Os destinadores devem apresentar, mensalmente, ao órgão ambiental competente, relatório sobre atividades, contendo no mínimo:

[...]

Art. 4º Os geradores, destinadores e transportadores de resíduos industriais ficam obrigados a apresentar ao órgão ambiental competente, anualmente, declaração formal contendo as quantidades de resíduos gerados, armazenados, transportados e destinados, conforme o Anexo III desta Lei."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/10

JUSTIFICATIVA

A referida proposição objetiva aprimorar o texto da novel Lei nº 15.251, corrigindo lapso redacional, eis que o termo "fitossanitário" diz respeito a medida sanitária para preservação ou defesa dos vegetais. Assim sendo, a alteração se faz necessária para adequação do texto legal, substituindo aquele termo por "sanitário", que é mais específico para o objeto de que trata a presente norma.

Também importante acrescentar nos arts. 2º 3º e 4º da referida Lei, respectivamente, os Anexos I, II e III, os quais tratam dos modelos de preenchimentos dos seguintes documentos: Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, Certificado de Destinação Final - CDF e Declaração Anual.

Ainda, são necessárias as alterações na alínea "a" do inciso III do §1º e §2º do art. 2º, *caput*, §2º e §4º do art. 3º e *caput* do art. 4º, com a substituição da expressão "destinatários" para "destinador", que é a pessoa responsável por receber e dar destino final aos resíduos. Bem como, a substituição da expressão "tecnológicas" para "tecnologias", estabelecida no inciso III do §1º do art. 3º, em virtude da adequação ao termo apropriado para o caso.

Portanto, espero ser acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados a medida proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 280/10

Dispõe sobre a inclusão da disciplina Conhecendo as Profissões nos currículos escolares da rede pública de ensino de nível médio do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica incluída nos currículos escolares da rede pública de ensino de nível médio a disciplina "Conhecendo as Profissões".

Art. 2º A disciplina tem objetivo educacional, visando:

I - esclarecer os estudantes concluintes do ensino médio sobre as atribuições e tarefas das mais diversas profissões existentes no mercado de trabalho;

II - informar acerca das possibilidades de emprego em cada área profissional; e

III - trazer exemplos práticos do dia a dia de cada profissão e suas peculiaridades.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação, observando as diretrizes educacionais, promoverá a implantação e a regulamentação da referida disciplina, tornando-a compatível com o currículo oficial da rede pública estadual de ensino médio.

§ 1º O processo de ensino-aprendizagem far-se-á por meio de aulas expositivas, teóricas e práticas, bem como de palestras, mediante utilização de todo e qualquer recurso disponível na rede pública escolar.

§ 2º Para ministrar as aulas, a Secretaria de Estado da Educação recrutará, dentre os professores pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério Estadual, os habilitados nas respectivas áreas de formação profissional.

§ 3º As unidades escolares poderão, a seu critério, convidar especialistas das diversas áreas de formação para proferirem palestras, bem como realizar outras atividades pedagógicas relacionadas com o tema.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/10

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa de lei sintetiza o resultado de pesquisas, estudos e reivindicações que a classe estudantil tem feito, e foi apresentada na 10ª edição do Programa Parlamento Jovem, pelos alunos do ensino médio da Escola de Educação Básica Cristo Rei, do município de São João do Oeste, servindo de base para o presente projeto de lei.

É notório o fato de que a maioria dos estudantes concluintes do ensino médio possui dúvidas acerca do caminho profissional a trilhar após a conclusão do curso.

Segundo Jean Unghicht,

A escolha da profissão é o ato importantíssimo para o indivíduo. Supera em importância qualquer outra decisão, pois abrange ao mesmo tempo o ambiente da vida, as possibilidades de desenvolvimento, as circunstâncias materiais, as possibilidades de progresso o nível cultural, as futuras circunstâncias familiares, a dependência ou independência profissional, a posição social. A posição social é a base do bem estar e a fonte principal de felicidade, ou infelicidade. A escolha da profissão é a escolha da própria vida.

Diante dos mais variados ramos profissionais existentes nos dias atuais, os estudantes não possuem informações e subsídios suficientes que lhes permitam optar por um caminho profissional, no qual encontrem realização pessoal, financeira e social.

Surgiram muitos cursos novos e não há informação adequada a respeito das profissões correspondentes, ficando os jovens ainda mais perdidos e angustiados. E a informação, sabemos, é um dos pontos-chaves para uma escolha acertada e também o segredo do sucesso profissional.

Outro fator que dificulta essa escolha é a rapidez com que as profissões mudam, sendo necessária atualização constante, pois o mercado de trabalho está cobrando o conhecimento, a experiência e, principalmente, a capacidade dos trabalhadores de se adaptarem às constantes mudanças.

Atualmente, o mercado empregatício é muito concorrido, e pessoas com curso superior estão desempregadas ou em emprego que não condiz com o seu grau de instrução, e essa é uma preocupação dos jovens: seguirem uma carreira com rumo incerto e acabar vagando pelo mercado de trabalho.

Acredito que muitos jovens deixam de frequentar um curso superior por não terem encontrado o caminho profissional com o qual se identifiquem, sendo o abandono do ensino superior também consequência desse fato. O projeto Escola de Profissões lhes abrirá um mundo novo e muitos estudantes terão a chance de mudar a sua trajetória de vida.

Ingressar em uma faculdade requer muito investimento, e mesmo quando é pública é preciso enfrentar dificuldades no deslocamento e principalmente financeiras. Contudo, o índice de desemprego é assustador e as exigências de profissionalização são altíssimas; então, há necessidade de propiciar ao jovem informações e conhecimento básico das profissões para que possa fazer sua escolha com mais convicção, ou com menos dúvidas.

Pondera-se, além disso, que os educandários abrangem a responsabilidade de encaminhar e preparar os jovens para o mundo pós-escola, e é também necessário que a escola e a sociedade tenham mais parceria, melhorando a educação e as relações com o mundo além da escola.

Ante a relevância da matéria, espera este Parlamentar contar com o apoio dos Senhores Deputados que integram este Poder para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 281/10

Cria o campus da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC no Meio Oeste Catarinense, com sede no município de Joaçaba e adota outras providências.

Art. 1º Fica criado o campus da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC no Meio Oeste Catarinense, com sede no município de Joaçaba, com início das atividades em 1º de janeiro de 2011.

Art. 2º O presente projeto será regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo, através de decreto específico, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da criação deste campus correrão por conta dos recursos orçados para a Universidade do Estado de Santa Catarina, definidos em Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/08/10

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/10

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, que ora submeto a apreciação dos Nobres Senhores Deputados, busca atender as resoluções resultantes da deliberação estabelecida em Audiência Pública e, também, em diversas reuniões cuja pauta foi esta implantação, partindo de movimento iniciado pela própria Universidade que determinou, após atendimento de critérios técnicos estabelecidos, que Joaçaba estava apta para receber esse Campus já em 2011.

Cabe salientar que dos índices técnicos determinados pela instituição, Joaçaba foi a cidade que obteve o 1º lugar na classificação, faltando apenas a formalização dessa implantação, nas formas da Lei.

Por outro lado, seguindo o projeto previsto no Plano de Expansão da UDESC até 2025, crê-se que, das regiões catarinenses com amplo potencial de crescimento, o Meio Oeste apresenta-se como a alternativa que melhor contempla essa instalação universitária gratuita, tendo em vista o número de estudantes à espera dessa oportunidade, assim como da expressiva expectativa que se encontra a comunidade universitária da região, especialmente a cidade-polo, Joaçaba.

Assim, é justo que se defina a implantação para o ano de 2011 do Campus da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC no Meio Oeste Catarinense, com sede em Joaçaba, para o que conto com a anuência dos nobres Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 282/10

Declara de utilidade pública a Associação dos Atletas Especiais de Brusque, com sede no Município de Brusque.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Atletas Especiais de Brusque - AAEB, com sede e foro no Município e Comarca de Brusque

Art. 2º - A entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no artigo 1º desta Lei, sob de suspensão pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art.

2º, III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de agosto de 2010.

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/10

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa possibilitar que seja declarada de utilidade pública estadual, com os seus direitos e deveres consequentes desse ato, a Associação dos Atletas Especiais de Brusque - AAEB, com sede e foro no Município e Comarca de Brusque.

A Associação foi fundada em outubro de 2004, e desde lá tem trabalhado intensamente, no que se refere a sua área temática.

Na documentação apensada a presente proposição, pode-se verificar que a referida entidade tem trabalhado, constantemente, no auxílio ao desenvolvimento de atividades desportivas, visando contribuir com a integração dos praticantes, o desenvolvimento da saúde, da educação, e sua interação com o meio ambiente.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 283/10

Institui a Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão.

Art. 1º Institui a Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão, a ser comemorada, anualmente, de 16 a 23 de dezembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de agosto de 2010.

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/10

JUSTIFICATIVA

Apresentamos este Projeto de Lei propondo a instituição da Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão.

No dia 23 de dezembro de 1803, desembarcaram no ancoradouro de Nossa Senhora do Desterro, em uma embarcação da oficial da Rússia, cinco japoneses. Eram sobreviventes, recolhidos nas proximidades do Alasca, do naufrágio do veleiro Wakamiya-maru.

Os japoneses ao chegarem à ilha de Santa Catarina, ficaram admirados com as belezas naturais e com cotidiano dos ilhéus. Passaram a anotar tudo que se passava durante a sua estadia.

Posteriormente, ao retornarem ao Japão, foram interrogados por funcionários do xogunato sobre o período em que estiveram fora do País. Isso resultou um relato rico em detalhes, cujo original encontra-se registrado no volume 12 do livro Kankai Iibun, que está no acervo da biblioteca de Nagasaki.

Tsdayu, Sahei, Gihe, Taiyrou e Zenroku foram os primeiros japoneses que desembarcaram no Brasil, deixando registrado esse fato. Isso aconteceu do processo de imigração japonesa, que ocorreu 105 anos depois.

A ampla divulgação disso pode dar impulso a novas oportunidades de intercâmbio, e do aumento dos laços de amizade entre brasileiros e japoneses.

Com esses objetivos, a Associação Nipo-Catarinense, sabendo da existência de descendentes dos sobreviventes do veleiro e da Associação Ishimaki Wakamiya-maru Hyouryuu, vem desenvolvendo inúmeros contatos e promovendo atividades.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 284/10

Autoriza o Poder Executivo a criar Programa de distribuição de sementes e mudas frutíferas aos pequenos agricultores no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar Programa de distribuição de semente e mudas frutíferas aos pequenos agricultores no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através da Empresa de Pesquisas Agropecuárias e Extensão Rural - EPAGRI, poderá firmar convênios com as Prefeituras Municipais, organizações não-governamentais e instituições de ensino superior visando à distribuição gratuita de sementes e mudas frutíferas adequadas ao ecossistema da região, além de prestar assistência técnica necessária.

Art. 3º - Entende-se por pequeno agricultor ou pequeno produtor rural aquele que atender a definição expressa na Lei 14.675 de 13 de abril de 2009.

Art. 4º - Deverá ser priorizado pelos órgãos envolvidos na distribuição de semente e mudas as espécies nativas.

Art. 5º - No serviço de assistência técnica deverá ser prestada a orientação para a devida utilização prioritária das áreas destinadas a reserva legal para a implantação do benefício desse programa.

Art. 6º - As despesas decorrentes com a execução dessa lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/10

JUSTIFICATIVA

A área rural que deve ser destinada à reserva legal no sul do Brasil, segundo o Código Florestal, bem como, o Código Ambiental Catarinense, é de 20% do tamanho da propriedade.

Trata-se de parcela de terreno rural que, via de regra, acaba sendo abandonada pelo agricultor para a regeneração natural da vegetação.

O incentivo a introdução de espécie frutíferas nativas nestas áreas é importante para a recomposição da fauna em Santa Catarina.

Outrossim, o plantio de frutíferas, de modo geral, contribuirá para uma melhora na qualidade de alimentação dos pequenos agricultores de Santa Catarina, com reflexos em outras variáveis como a sua condição de saúde.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 285/10

Altera o art. 1º da Lei nº 15.164, de 11 de maio de 2010.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.164, de 11 de maio de 2010, passa ter a seguinte redação:

"Art. 1º Os reflorestamentos com espécies exóticas, para fins de consumo industrial ou comercialização, no Estado de Santa Catarina, poderão incluir o cultivo de espécies frutíferas para beneficiar a avifauna obedecendo as seguintes questões:

I -;

II - o plantio de espécies frutíferas nativas poderá ser feito na proporção de cinco por cento por ocasião do plantio; e (NR)

III - "

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Gelson Merísio

Deputado Valdir Cobalchini

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/10

JUSTIFICATIVA

A referida proposição objetiva alterar o art. 1º da Lei nº 15.164, de 2010, facultando o cultivo de espécies frutíferas quando do reflorestamento com espécies exóticas. Desta forma, entendemos que a norma não impositiva se torna mais adequada para alcançar o objetivo pretendido.

Portanto, esperamos ser acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados a medida proposta.

*** X X X ***